

LINHAS GERAIS DOS SISTEMAS FISCAIS EM  
ANGOLA, MOÇAMBIQUE E CABO VERDE

OVERVIEW OF THE TAX SYSTEMS OF ANGOLA,  
MOZAMBIQUE AND CAPE VERDE

APERÇU DES SYSTÈMES FISCAUX D'ANGOLA,  
MOZAMBIQUE ET CAP VERDE

2008

## Índice

|              |                              |
|--------------|------------------------------|
| 2 . . . . .  | Sistema Fiscal de Angola     |
| 11 . . . . . | Sistema Fiscal de Moçambique |
| 24 . . . . . | Sistema Fiscal de Cabo Verde |

## Index

|              |                          |
|--------------|--------------------------|
| 30 . . . . . | Tax System of Angola     |
| 38 . . . . . | Tax System of Mozambique |
| 49 . . . . . | Tax System of Cape Verde |

## Indice

|              |                                 |
|--------------|---------------------------------|
| 55 . . . . . | Le Systeme Fiscal de L'Angola   |
| 63 . . . . . | Le Systeme Fiscal du Mozambique |
| 76 . . . . . | Le Systeme Fiscal du Cap-Vert   |

## Os SISTEMAS FISCAIS de ANGOLA, MOÇAMBIQUE E CABO VERDE

---

A presente Informação Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação Fiscal não pode ser reproduzida, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre o assunto contacte Dr. Rogério M. Fernandes Ferreira, Sócio de Capital e Responsável pela Área de Prática de Direito Fiscal em PLMJ - e.mail: rff@plmj.pt, tel: (351) 213 197 358; fax: (351) 213 197 514.

---

*Melhor Departamento Fiscal do Ano* - INTERNATIONAL TAX REVIEW - TAX AWARDS 2006 e 2008

---

---

O SISTEMA FISCAL DE ANGOLA  
(NOTAS BREVES)

1. Constitui hoje quase um lugar-comum a afirmação das potencialidades de Angola, enquanto destino preferencial do investimento privado. E, na verdade, aliados à conhecida riqueza dos seus recursos naturais, são vários os factores que vêm contribuindo para o forte apelo exercido por aquele país sobre os empresários.

O fim da guerra, a estabilidade política daí decorrente e a aposta do governo angolano na criação de um ambiente institucional apelativo para o investimento, quer através do controlo da inflação (que, de cifras na casa dos quatro dígitos, há cerca de dez anos, se fixa actualmente na ordem dos 10%), quer por via da remoção de obstáculos à iniciativa económica e da consagração de incentivos, constituem um estímulo à iniciativa privada e à captação de investimento externo, representando, de resto, prioridade confessa do governo Angolano, que tem vindo a dar passos significativos nesse caminho.

2. Neste contexto, merece especial referência a aprovação, em 2003, de um amplo “pacote legislativo”, no qual se inclui a aprovação da Lei de Bases do Investimento Privado, da Lei do Fomento do Empresariado Privado e da Lei dos Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado, bem como a criação da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), órgão do Estado criado para facilitar, desburocratizar e estimular o investimento privado em Angola, e que desempenha o papel de interlocutor do Estado, junto dos investidores.

De entre as medidas previstas nos referidos diplomas legais salientamos, pela sua relevância - a par da consagração da garantia do direito à transferência para o exterior dos dividendos, lucros, produtos da liquidação de investimentos, entre outros, e de um princípio de igualdade de tratamento entre investidores nacionais e estrangeiros -, a consagração de um regime ambicioso de incentivos fiscais e aduaneiros ao investimento privado.

Todo o investimento privado, externo ou nacional, desde que abrangido pelo regime da Lei de Bases do Investimento Privado, e desde que preenchidos determinados requisitos de acesso, monetários e económicos – nos quais se

---

inclui o montante do investimento, a inserção do projecto em sectores classificados como prioritários e em zonas do País consideradas mais carenciadas - pode beneficiar do leque de incentivos consagrados legalmente, que podem consistir em isenção ou redução de taxas e direitos aduaneiros, isenção de Imposto Industrial sobre os lucros resultantes do investimento e de Imposto sobre a Aplicação de Capitais sobre os lucros distribuídos aos sócios, bem como isenção da Sisa incidente sobre a aquisição de imóveis afectos a projectos de investimento.

3. Após alguns anos de aparente indiferença, o apelo angolano - e o coro de vozes de parte do tecido empresarial - parece ter encontrado eco no governo português, o qual promoveu, em Abril de 2006, uma ambiciosa visita oficial àquele país, que viria a ser integrada por cerca de setenta empresários portugueses, com interesses consolidados no mercado angolano. Actualmente, Portugal encontra-se entre os cinco maiores investidores em Angola, havendo cerca de 280 empresas portuguesas instaladas em território angolano.

No seguimento desta iniciativa, a Lei do Orçamento do Estado para 2007 (n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro), veio consagrar, no Estatuto dos Benefícios Fiscais, a possibilidade de os sujeitos passivos de IRC passarem a poder eliminar, em determinadas condições, a dupla tributação económica incidente sobre os lucros distribuídos por sociedades afiliadas, residentes em países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Apesar das condicionantes estabelecidas pelo legislador à aplicação deste mecanismo – o regime só abrange dividendos distribuídos relativos a participações superiores a 25%, detidas por um período mínimo de dois anos, que tenham sido tributados a uma taxa igual ou superior a 10% e que não resultem das designadas actividades geradoras de rendimentos passivos, como *royalties*, mais-valias e rendimentos de capitais relativos a valores mobiliários, ou de imóveis situados fora do território do Estado de residência da sociedade, ou, ainda, no caso da actividade bancária e seguradora, de lucros relativos à actividade exercida fora daquele mesmo território –, este novo regime parece favorável, em especial para os investidores em Angola, na medida em que permite atenuar algumas das consequências decorrentes da inexistência de um tratado para evitar a dupla tributação, que os Estados Português e Angolano persistem em não celebrar.

---

4. No plano fiscal, porém, a dupla tributação económica sobre os lucros repatriados está longe de consubstanciar a única (ou, sequer, a principal) dificuldade com que se deparam os investidores naquele país.

Com efeito, a par daquele aspecto, parece constituir opinião generalizada que as dificuldades, nestes domínios, surgem desde logo com a complexidade do próprio sistema fiscal angolano.

5. O sistema fiscal angolano assemelha-se bastante ao sistema que vigorou anteriormente em Portugal, desde os anos sessenta até à Reforma fiscal levada a cabo em 1989, de que, de resto, é tributário.

Trata-se de um sistema de tributação de tipo parcelar, que grava de forma autónoma as diferentes espécies de rendimento, em função da sua fonte e natureza e que procuraremos descrever de seguida, de forma necessariamente sumária:

#### ■ *Impostos sobre o rendimento das empresas*

6. Em matéria de tributação dos rendimentos das empresas, o sistema fiscal angolano assenta, essencialmente, na existência de um imposto de carácter geral – o Imposto Industrial –, o qual surge complementado com impostos e regimes parcelares, dirigidos à tributação de actividades específicas e de especial relevância para a economia angolana, como os impostos sobre a actividade petrolífera (imposto sobre a produção do petróleo, imposto sobre o rendimento do petróleo, imposto de transacção do petróleo e taxa de superfície), no regime fiscal para a indústria mineira e no imposto sobre empreitadas.

7. O Imposto Industrial tributa os lucros (acidentais ou periódicos) imputáveis ao exercício de qualquer actividade comercial ou industrial, por residentes ou não residentes, aqui se incluindo os resultantes do exercício de actividade por conta própria, não sujeita ao Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho e a actividade de mediação ou representação na realização de contratos de qualquer natureza.

A taxa geral do Imposto Industrial é de 35%, sendo, porém, de 20% no caso de rendimentos provenientes em exclusivo da agricultura, silvicultura e pecuária.

---

Aspecto peculiar, de extrema relevância, prende-se com o facto de o Imposto Industrial dever ser pago de forma faseada e antecipada, mediante a realização de liquidações mensais provisórias, determinadas pela aplicação da taxa de 35% ao montante correspondente a 10% do volume de negócios gerado no mês anterior.

8. Cumpre referir que a taxa geral deste imposto pode vir a ser reduzida a metade, relativamente às empresas que procedam à instalação de indústrias em regiões “economicamente deprimidas”, e bem assim, às empresas que procedam à instalação de indústrias de aproveitamento de recursos locais, por um período até 10 anos.

9. Podem também ser concedidas diversas isenções deste imposto, designadamente, com referência a rendimentos provenientes da instalação de novas indústrias no país, e bem assim aos rendimentos da actividade comercial ou industrial exercidas em áreas consideradas de interesse para o desenvolvimento económico, podendo aquela oscilar entre 3 a 5 anos. Também os estabelecimentos hoteleiros classificados como “utilidade turística” beneficiam de uma isenção temporária de Imposto Industrial.

#### ■ *Impostos sobre o rendimento das pessoas singulares*

10. A tributação dos rendimentos das pessoas singulares encontra-se repartida por três impostos: o Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, o Imposto Industrial e o Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

11. O Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (IRT) incide sobre as remunerações recebidas pelos trabalhadores por conta de outrem e sobre os rendimentos resultantes do exercício de actividades por conta própria, obtidos por serviços prestados em Angola, quer o seu titular seja ou não residente em Angola.

Tratando-se de remunerações decorrentes do exercício da actividade por conta de outrem, aplicar-se-á uma taxa progressiva em função do escalão de rendimento em que o contribuinte se situa, com um máximo de 15%, estando excluídos os sujeitos com um rendimento até 17,000,00 Kwanzas.<sup>1</sup>

---

O Imposto Industrial, por seu termo, incide sobre os lucros provenientes do exercício de qualquer actividade comercial ou industrial não sujeita a imposto sobre os rendimentos do trabalho e a sua taxa geral é, como se viu, de 35%.

12. Já o Imposto sobre a Aplicação de Capitais incide sobre os rendimentos gerados por aplicações financeiras e outros rendimentos da aplicação de capitais, agrupados em duas secções: a secção A, que abrange os juros de empréstimos, contratos de abertura de crédito e juros decorrentes do diferimento no tempo de qualquer prestação e a secção B, residual, que abrange, entre outros, os lucros distribuídos por sociedades por quotas ou por acções, royalties, juros de suprimentos e juros de obrigações.

A taxa geral é de 15%, podendo ser reduzida a 10%, para determinados rendimentos da secção B.

#### ■ *Lei sobre a tributação de empreitadas*

13. A Lei n.º 7/97, de 10 de Outubro, prevê o regime de tributação por retenção na fonte, em sede de Imposto Industrial, dos rendimentos decorrentes de contratos de empreitada, subempreitada e prestação de serviços.

É um regime que abrange todas as pessoas singulares ou colectivas que tenham ou não sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola e que, de forma accidental ou permanente, exerçam actividades de empreitadas, subempreitadas ou prestações de serviços não abrangidas pelas disposições do Código de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho.

Para os sujeitos passivos residentes em território Angolano, o imposto retido na fonte assume a natureza de imposto por conta. Estando em causa sujeitos passivos não residentes, o imposto suportado tem natureza liberatória.

---

1

Câmbio do Kwanza (AKZ) face ao Euro: €1 = 97,2635AKZ. Dados do Banco de Portugal, referentes a Outubro de 2008.

---

A responsabilidade pela liquidação e entrega do imposto é da entidade contratante, que responde pela totalidade do imposto e acréscimos no caso de não pagamento, sem prejuízo do direito de regresso contra o devedor do imposto.

A taxa de retenção na fonte aplicável aos contratos de empreitada de obras públicas e construção, beneficiação, reparação ou conservação de imóveis é de 3,5%, encontrando-se os restantes contratos de prestação de serviços sujeitos a uma taxa de retenção na fonte de 5,25%.

### ■ *Impostos sobre o património imobiliário*

14. A tributação do património imobiliário em Angola assenta na coexistência de impostos distintos: o Imposto Predial Urbano, a Sisa e o Imposto sobre as Sucessões e Doações.

Os prédios adstritos ao exercício de actividades sujeitas ao Imposto Industrial, quando não haja lugar ao pagamento de renda, encontram-se excluídos da incidência deste imposto.

15. O Imposto Predial Urbano tributa o património numa perspectiva estática, e incide sobre o valor locativo, anual, efectivo ou potencial dos prédios urbanos, à taxa de 30%. Para efeitos de determinação da matéria colectável deverão ser deduzidas as despesas com a manutenção e conservação do imóvel, com o limite de 20% das rendas efectivamente recebidas.

Os prédios adstritos ao exercício de actividades sujeitas ao Imposto Industrial, quando não haja lugar ao pagamento de renda, encontram-se excluídos da incidência deste imposto.

16. A Sisa, cuja taxa varia entre os 2% e os 10%, é devida pelas transmissões onerosas de propriedade imobiliária, rústica ou urbana, com excepção das transmissões de propriedade perpétua ou temporária, resultante das concessões feitas pelo Governo para a exploração de empresas industriais de qualquer natureza. É considerada transmissão, para efeitos do imposto, a cessão de quotas de sociedades que possuam bens imóveis, desde que o cessionário fique a deter pelo menos 75% do capital social.

---

Refere-se que as transmissões sujeitas a SISA estão também sujeitas a Imposto do Selo.

17. O Imposto sobre as Sucessões e Doações, por sua vez, incide sobre todas as transmissões a título gratuito de propriedade imobiliária ou mobiliária, por aplicação das seguintes taxas (progressivas, devendo, no caso da matéria colectável exceder Akz 3.000.000, dividir-se o valor em duas partes, sendo aplicável ao valor excedente a taxa imediatamente superior):

| <b>Transmissões</b>                                     | <b>Até<br/>3,000,00</b> | <b>Mais de KZ<br/>3,000,00</b> |
|---|-------------------------|--------------------------------|
| Entre Cônjuges ou a favor de descendentes e ascendentes | 10%                     | 15%                            |
| Entre quaisquer pessoas                                 | 15%                     | 30%                            |

As transmissões a favor dos descendentes, ascendentes e cônjuges, quando os valores dos bens transmitidos para cada um deles, embora em épocas diversas, não exceder os KZ 500.000.00, estão isentos do pagamento do imposto sobre as sucessões e doações.

#### ■ *Impostos sobre o consumo*

18. O imposto sobre o consumo prevê uma vasta incidência subjectiva e objectiva, abrangendo uma série de realidades, recaindo, nomeadamente, sobre a produção e importação de mercadorias, independentemente da sua origem, no consumo de água e energia, nos serviços de telecomunicações, nos serviços de hotelaria e outras actividades a si conexas ou similares, entre outros.

A taxa geral prevista é de 10% com excepção dos bens que se encontram listados nas tabelas I, II e III anexas ao Regulamento do Imposto do Consumo, referentes, respectivamente, aos bens sujeitos à taxa reduzida, à mercadorias importadas e de produção nacional, e ao consumo de serviços, taxas estas que variam entre os 2% e os 30%.

---

Refere-se que o Imposto sobre o Consumo é um imposto monofásico e cumulativo. E Isto porque, não tem os mecanismos de deduções do IVA, uma vez que não visa tributar apenas o valor acrescentado, mas sim as transmissões de bens ou serviços por si só, de forma cumulativa, no sentido de todos os intervenientes na cadeia de consumo do bem ou do serviço paguem, efectivamente, o imposto devido (sem prejuízo, claro, de o repercutirem sobre o próximo adquirente).

### ■ *Outros impostos relevantes*

19. A par dos já referidos impostos, salientamos ainda, pela sua relevância, o imposto sobre as transacções internacionais, incidentes sobre a importação e exportação de mercadorias – os direitos aduaneiros, que se encontram actualmente regulados pela Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação, que corresponde à versão de 2007 da Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação das Mercadorias, aprovada pelo Decreto – Lei n.º 2/08, de 04 de Agosto.

20. O Imposto do Selo, à semelhança do que sucede em Portugal, tributa vários actos, contratos e operações de natureza distinta, com especial enfoque nas operações financeiras, aumentos de capital e outros contratos.

O valor tributável do Imposto do Selo é o que resulta da Tabela Geral do Imposto do Selo actualizada em 2004, devendo o mesmo ser pago até ao último dia do mês imediato ao das transacções ou acto do processamento dos recibos.

21. Não obstante a verificação de inúmeros benefícios fiscais e aduaneiros ao investimento privado, importa, todavia, que em momento algum se confundam tais vantagens com facilidade, pois deverá ter-se sempre presente que o investimento em Angola é ainda um investimento de risco, que não deverá deixar de ser devidamente planeado em todas as suas vertentes.

Pesem embora as dificuldades que ainda subsistem, e de que o sistema fiscal constitui um mero exemplo, impõe-se reconhecer que investir em Angola é hoje muito mais fácil do que o era há bem pouco tempo atrás.

---

E, mesmo não desconhecendo que os empresários portugueses dificilmente poderão ombrear com a concorrência que lhes movem, em alguns importantes sectores, empresas provenientes de grandes potências mundiais (de que constitui exponents máximo a China), não se poderão negar as vantagens que o conhecimento da língua e as fortes ligações culturais, bem como a similitude dos ordenamentos jurídicos de ambos os Países ainda lhes pode conferir.

Lisboa, Novembro de 2008

---

## O SISTEMA FISCAL DE MOÇAMBIQUE (NOTAS BREVES)

1. O estudo da economia moçambicana revela-nos uma periodização em quatro fases caracterizadoras da sua evolução:

- A primeira que vai de 1973 a 1977, denominada crise de transição. Esta fase caracteriza-se pela quebra acelerada de produção, diminuição de investimentos, fuga de capitais, fuga de colonos e consequente passagem da gestão das empresas para a gestão do Estado, por via das nacionalizações;
- Uma segunda, que compreende o período de 1977 a 1981, chamada de recuperação económica baseada na planificação pelo Estado da economia nacional. Este é o período que se caracteriza por uma transformação estrutural da economia que resulta da adopção de uma economia de planificação central (de tipo socialista);
- A terceira fase, compreende o período de 1981-1986, denominada da crise em tempo de guerra. Neste período, a economia moçambicana ressentiu-se profundamente, por causa da guerra civil movida pela RENAMO, período em que as infra-estruturas económicas, sociais, de comunicações e transportes sofreram forte destruição pelas forças de guerrilha, com a consequente fuga das populações das zonas rurais para as zonas urbanas, quiçá mais seguras;
- Finalmente, uma quarta fase, a da recuperação económica em tempo de guerra, que vai de 1986 a 1990. Esta fase iniciou-se, pois, em 1987 com a aplicação do PRE – Programa de Reestruturação Económica, iniciado sob o patrocínio do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

2. A Revisão Constitucional iniciada em 1989, cuja consagração se verifica em 1990 com a aprovação das emendas pela Assembleia Popular, constitui o marco político importante para os moçambicanos. A Constituição de 1990, veio abrir o sistema político outrora mono - partidário para um sistema pluralista, e, uma das consequências dessa Emenda, foi a condução de negociações políticas com a Renamo, até alcançar-se um acordo político denominado: Acordo Geral de Roma, subscrito a 4 de Outubro de 1992.

---

3. Desde esse momento, o abandono da tendência económica de cariz marxista adoptada em 1975, a abertura à iniciativa privada e a redução do monopólio de Estado, a redução dos entraves ao comércio externo e o conseqüente aumento do investimento estrangeiro em projectos baseados em recursos naturais, a desburocratização dos processos de licenciamento das actividades comerciais e a implementação de várias reformas institucionais e estruturais, colocaram Moçambique na rota do desenvolvimento com tendência de alcançar as maiores taxas de crescimento económico a nível mundial.

4. Apesar de ter atingido uma das maiores taxas de crescimento a nível mundial em 1997-1998, o país ainda depende da ajuda estrangeira para equilibrar o orçamento e compensar o desequilíbrio da balança comercial, na qual as importações excedem largamente as exportações. Não obstante, o futuro do país a médio prazo parece promissor, à medida que vêm sendo estabelecidas ligações comerciais e de transporte com a África do Sul e materializados os inúmeros investimentos estrangeiros, isto por um lado, e, por outro, pela consolidação do programa desenhado e assumido por todos os Países da parte Austral de África que constituem a SADC.

5. Acresce ainda a subscrição e ratificação por Moçambique do Acordo de Cotonou (acordo de cooperação nos domínios político, de desenvolvimento e comercial), celebrado entre os Estados ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e a União Europeia (UE), as negociações do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a UE (principal parceiro comercial do Grupo SADC), com o objectivo de criar uma zona económica em que se torne possível assegurar mais facilmente as trocas de mercadorias, serviços e financiamento, assim como definir um conjunto de regras que ofereçam estabilidade a operadores comerciais e investidores.

Trata-se, na verdade, de instrumentos que abrem espaço para que Moçambique passe a definir a sua política de comércio externo nos próximos anos.

6. Actualmente, Moçambique beneficia de um acesso sem tarifas e não recíproco ao mercado da União Europeia, nos termos da iniciativa EBA (“everything-but-arms”) para os países em vias de desenvolvimento. Em geral, a Lei de Investimento e o Código dos Benefícios Fiscais de Moçambique

---

asseguram ao investimento directo estrangeiro várias isenções aduaneiras, contribuindo, juntamente com todos os factores já apontados anteriormente, para que o país se tenha tornado num dos destinos de excelência para o investimento no contexto africano.

Um dos meios para atingir o principal objectivo da estratégia geral de desenvolvimento de Moçambique, alicerçada no *Plano de Acção da Redução da Pobreza Absoluta II* (PARPA) – redução da incidência da pobreza dos actuais 54% para 45% em 2009 – tem sido a reforma estrutural da política fiscal do país, mais adequada aos desafios económicos que, actualmente, se lhe apresentam, nomeadamente o aumento da receita fiscal e a criação de condições atractivas para o investimento directo estrangeiro.

A Constituição da República de Moçambique estabelece os princípios basilares do sistema fiscal moçambicano, sendo estes depois concretizados através da diversa legislação fiscal existente, sendo de destacar a Lei de Bases do Sistema Tributário (Lei n.º 15/2002, de 26 de Junho), por um lado e, por outro, a Lei Geral tributária (Lei n.º 2/2006, de 22 de Março).

7. Detenhamo-nos um pouco mais sobre os principais impostos do sistema fiscal Moçambicano:

■ *Dos Impostos sobre o rendimento – o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas*

8. As duas formas de tributação directa de âmbito nacional são o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IPRC), ambos em vigor desde Janeiro de 2003, cujo regime recentemente sofreu alterações relevantes através da aprovação das Leis nº33/2007, ambas de 31 de Dezembro.

O IPRS incide sobre os rendimentos, pagos em dinheiro ou espécie, obtidos pelas pessoas singulares residentes em Moçambique e por pessoas singulares não residentes, que obtenham rendimentos auferidos em território moçambicano.

A taxa deste imposto, progressiva, varia entre 10% e 32%, estando os rendimentos

---

de trabalho dependente e pensões sujeitos a um regime próprio de retenção na fonte de IRPS.

9. O rendimento colectável anual inferior a trinta e seis salários mínimos, do salário mínimo mais elevado em 31 de Dezembro do ano a que respeitam os rendimentos<sup>1</sup> não é tributado de acordo com a lei fiscal moçambicana.

Mais, são de aplicar taxas liberatórias aos seguintes rendimentos ilíquidos:

- 20% para os rendimentos decorrentes do exercício de qualquer actividade de prestação de serviços, por conta própria, os rendimentos de acções, nominativas ou ao portador e, bem assim, os lucros colocados à disposição dos respectivos associados ou titulares, incluindo os adiantamentos por conta de lucros, devidos por entidades sujeitas a IRPC, auferidos por não residentes em Moçambique, bem como para quaisquer rendimentos de capitais, auferidos também por não residentes, quando não expressamente tributados a taxa diferente;
- 10% para juros de depósito à ordem ou a prazo, rendimentos de títulos de dívida, nominativos ou ao portador, ou ainda ganhos em numerário provenientes de jogos de fortuna ou azar e remunerações auferidas por artistas ou desportistas e outras profissões afins, domiciliadas ou não no território nacional (a menos que exercer a sua actividade por conta de outrem).

10. O IRPC incide sobre as sociedades residentes – sociedades com sede ou direcção e controlo efectivos em Moçambique – que desempenhem actividades industriais, comerciais ou agrícolas, sendo tributados na totalidade os rendimentos obtidos em território moçambicano e em 1/3 os rendimentos (brutos) obtidos no estrangeiro.

Quando na matéria colectável tenham sido incluídos rendimentos obtidos no estrangeiro, a dedução relativa à dupla tributação internacional deverá corresponder à menor das seguintes importâncias:

- (i) imposto sobre o rendimento pago no estrangeiro;
- (ii) fracção do IRPC, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que no país em causa possam ser tributados.

---

<sup>1</sup> Câmbio do Metical face ao Euro: € 1 – 31,00 MT. Dados do Banco, referentes a Outubro de 2008.

---

11. As sociedades não residentes, com ou sem Estabelecimento estável estão por sua vez sujeitas a IRPC sobre os seus rendimentos obtidos em Moçambique.

A taxa geral de IRPC prevista é de 32%, sendo aplicada uma taxa reduzida de 10%, até 2010, às entidades que desenvolvam actividades de natureza agrícola e pecuária.

Os encargos não devidamente documentados e, bem assim, as despesas de carácter confidencial ou ilícito são tributadas autonomamente à taxa de 35%.

A taxa de retenção na fonte aplicável aos rendimentos auferidos por entidades que não tenham sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável, ao qual os mesmos sejam imputáveis é de 20%, sendo todavia os rendimentos provenientes de prestações de serviços de telecomunicações e transportes e internacionais sujeitos à taxa liberatória de 10%, sem prejuízo de aplicação de diferente tratamento, quando esteja em causa a aplicação de convenção de dupla tributação celebrada com Moçambique.

■ *Da Tributação do Consumo/ Despesa – o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), do Imposto sobre Consumos Específicos (ICE) e dos Direitos Aduaneiros (DA)*

12. A tributação indirecta – ao nível do consumo/despesa – opera no sistema fiscal moçambicano através do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), do Imposto sobre Consumos Específicos (ICE) e dos Direitos Aduaneiros (DA).

13. O IVA (cujo Código foi aprovado pela Lei nº32/2007, de 31 de Dezembro), incide sobre as transmissões de bens e prestações de serviços, efectuadas a título oneroso dentro do território Moçambicano e ainda sobre as importações de bens. A taxa actualmente em vigor é de 17%. As isenções de IVA verificam-se ao nível das exportações e das transmissões de bens e prestação de serviços considerados essenciais.

14. O ICE tributa de forma selectiva, o consumo de determinados bens constantes da legislação específica (considerados de luxo) e incide de uma

---

só vez no produtor ou no importador, consoante o caso. Apresenta taxas variáveis de acordo com a mercadoria em causa – entre 15% e 65% –, sendo essencialmente *ad valorem*.

15. Não obstante a supressão de direitos alfandegários, que incidiam sobre as mercadorias importadas e exportadas, nos termos estabelecidos na pauta aduaneira e às taxas nela previstas, desde Janeiro do corrente ano, no âmbito dos acordos da SADC, a efectiva supressão daqueles não é ainda total (uma vez que apenas alguns países e alguns produtos se encontram já abarngidos por aqueles acordos). De acordo com a informação disponibilizada a mencionada supressão será efectuada gradualmente até 2015, continuando entretanto Moçambique a angariar receitas provenientes dos DA cobrados.

#### ■ *Outros impostos relevantes*

16. Para além dos impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, o regime fiscal moçambicano assente prevê ainda outros impostos de aplicação geral, designadamente: (i) a Sisa, que incide, à taxa geral de 2%, sobre as transmissões onerosas da propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre imóveis, (ii) o imposto do Selo, que incide sobre todos os documentos, contratos, livros, papéis e demais actos designados na respectiva Tabela, às taxas aí previstas, (iii) o Imposto sobre veículos, (iv) o Imposto de Reconstrução Nacional e (v) o Imposto sobre Sucessões e Doações, que incide sobre as transmissões gratuitas.

17. Mais cumpre referir a existência do Imposto sobre a Produção de Petróleo, que incide sobre o petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos produzidos no país, o Imposto sobre a Produção, aplicável à produção mineira, e o Imposto Especial sobre o Jogo, que incide sobre as receitas da exploração do jogo.

#### ■ *Dos benefícios fiscais em vigor*

18. Para além de diversas garantias ao abrigo da Lei de Investimentos e seu Regulamento – *maxime* o direito de repatriamento de lucros ou dividendos –, podem os investidores estrangeiros usufruir de diversos benefícios fiscais, matéria

---

que está hoje consagrada no Código dos Benefícios Fiscais (aprovado pelo Decreto n.º 16/2002, de 27 de Junho), aos quais aludimos infra:

■ *Benefícios fiscais na importação de bens*

19. Estão isentos de Direitos de Importação os investimentos em empreendimentos autorizados ao abrigo da Lei de Investimentos e respectivo Regulamento, relativamente a determinados bens de equipamento, desde que os mesmos não sejam produzidos no território nacional.

■ *Benefícios fiscais sobre o rendimento*

20. Todos os investimentos levados a cabo no âmbito da Lei de Investimentos podem beneficiar, durante cinco exercícios fiscais, de um crédito fiscal por investimento (CFI) de 5% do total de investimento realizado, que poderá ser deduzido à colecta do IRPC, até à concorrência deste. Tratando-se de contribuintes sujeitos ao IRPS, a dedução do CFI deverá ser feita até a concorrência do imposto que resultaria de considerar apenas no englobamento os rendimentos provenientes da actividade beneficiária do incentivo, pertencente à segunda Categoria do IRPS.

A dedução do CFI associada aos projectos realizados nas Províncias de Gaza, Sofala, Tete e Zambézia, será de 10% do total do investimento realizado e, nas Províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Niassa, de 15%.

21. O código de Benefícios Fiscais Moçambicano prevê incentivos de modernização e introdução de novas Tecnologias, podendo o valor investido em equipamento especializado beneficiar, durante os primeiros cinco anos a contar da data do início de actividade, de dedução à matéria colectável para efeitos do cálculo do IRPC, até ao limite máximo de 15% da mesma. Esta mesma dedução será aplicável, nas mesmas condições, quando se trate do IRPS, mas apenas em relação aos rendimentos provenientes da actividade pertencente a Segunda Categoria do IRPS.

22. É ainda consagrado um benefício fiscal para os investimentos realizados com a formação profissional de trabalhadores moçambicanos, sendo o custo com aqueles deduzido à matéria colectável para efeitos de cálculo do IRPC,

---

durante os primeiros cinco anos a contar da data do início da actividade, até ao limite máximo de 5 % da matéria colectável. Quando esteja em causa formação profissional para a utilização de equipamento considerado de tecnologia de ponta, a dedução à matéria colectável para efeitos do cálculo do IRPC, será até o limite máximo de 10 % da matéria colectável. As mesmas deduções e nas mesmas condições serão aplicáveis quando se trate do IRPS, mas apenas em relação aos rendimentos provenientes da actividade pertencente a Segunda Categoria do IRPS.

Durante um período de 10 anos, a contar da data da exploração, podem ser considerados custos para a determinação da matéria colectável do IRPC das empresas e, bem assim, do IRPS, apenas em relação aos rendimentos provenientes da actividade pertencente a Segunda Categoria do IRPS, os seguintes montantes:

- (i) 120% dos valores dispendidos com todas as despesas que realizem na construção e na reabilitação de estradas, caminhos-de-ferro, aeroportos, correios, telecomunicações, abastecimento de água, energia eléctrica, escolas, hospitais e outras obras desde que consideradas de utilidade pública pelas entidades competentes e comprovada pela Administração Tributária, no caso de empreendimentos levados a cabo na Cidade de Maputo;
- (ii) 150% dos valores dispendidos, no caso de empreendimentos levados nas restantes Províncias;
- (iii) 50% dos valores dispendidos, quando se tratar de despesas que realizem na compra, para património próprio, de obras consideradas de arte e outros objectos representativos da cultura moçambicana, bem como as acções que contribuam para o desenvolvimento desta, nos termos da Lei de Defesa do Património Cultural.

23. Em sede de imposto do selo, é conferida isenção relativa aos actos para a constituição de empresas e alterações do seu capital e do pacto social, durante os primeiros cinco anos contados a partir do início do investimento ou do início da exploração.

24. Os empreendimentos autorizados ao abrigo deste Código, beneficiam de uma redução em 50% da taxa de SISA na aquisição de imóveis destinados à Indústria, Agro-Indústria e Hotelaria, desde que adquiridos nos primeiros 3 (três) anos a contar da data da autorização do investimento.

---

### ■ *Benefícios para o sector agrícola*

25. Os investimentos na área da agricultura, em empreendimentos autorizados ao abrigo da Lei de Investimentos e respectivo Regulamento, beneficiam de isenção do pagamento de Direitos de Importação sobre os determinados bens, desde que os mesmos não sejam produzidos no território nacional.

26. Os empreendimentos na área da agricultura, realizados ao abrigo da Lei de Investimentos e respectivo Regulamento, beneficiarão, até ao ano 2012, de uma redução em 80% da taxa dos impostos que incidem sobre os lucros das empresas, imputáveis à actividade agrícola. No caso de contribuintes sujeitos ao IRPS, a redução prevista no número anterior deverá aplicar-se apenas à matéria colectável da actividade beneficiária do incentivo, pertencente à Segunda Categoria deste imposto.

### ■ *Benefícios para a indústria hoteleira e de turismo*

27. São ainda atribuídos benefícios fiscais à indústria hoteleira e de turismo, em relação a determinados projectos de investimento, como sejam o de (i) reabilitação, construção, expansão ou modernização de unidades hoteleiras e respectivas partes complementares ou conexas, cuja finalidade principal seja a produção de serviços de turismo, e também (ii) o desenvolvimento de Parques Nacionais e Reservas.

28. Prevê-se o incentivo de amortização acelerada aplicável a móveis novos, veículos automóveis e demais equipamentos do imobilizado corpóreo quando afectos à actividade hoteleira e de turismo, nos empreendimentos levados a cabo no âmbito da Lei de Investimentos, que consiste em optar pela aplicação até ao triplo das taxas normais, legalmente fixadas para o cálculo das amortizações e reintegrações consideradas como custos imputáveis ao exercício na determinação da matéria colectável dos IRPC ou IRPS, desde que os projectos em causa tenham sido aprovados até 31 de Dezembro de 2007.

---

### ■ *Benefícios para projectos de grande dimensão*

29. Os empreendimentos cujo investimento, excedam o equivalente a quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, bem como os empreendimentos em infraestruturas de domínio público, levados a cabo sob o regime de concessão poderão beneficiar de incentivos excepcionais (de um período máximo de vigência até 10 anos), no âmbito dos direitos de importação, dos IRPC, de SISA, do Imposto do Selo, em regime contratual, a conceder pelo Conselho de Ministros, sob proposta da Ministra do Plano e Finanças, estando a sua concessão subordinada à celebração de um contrato entre o Estado e a entidade promotora do projecto, a aprovar pelo Conselho de Ministros, no qual serão fixados os objectivos, as metas, os incentivos a conceder e as penalizações para o caso de incumprimento e bem assim à demonstrar da respectiva viabilidade técnica, económica e financeira e preencher determinadas condições.

30. Os investimentos levados a cabo no âmbito da Lei de Investimentos beneficiarão durante 5 exercícios fiscais, de um crédito fiscal por investimento (CFI) determinado com base na aplicação de uma percentagem compreendida entre 5% e 10% do total de investimento realizado, a deduzir na colecta do IRPC até à concorrência deste, podendo a parcela do crédito fiscal não utilizada num exercício ser deduzida nos anos subseqüentes, expirando a sua utilização no quinto exercício fiscal, a contar da data do início do investimento para projectos em funcionamento. No caso dos projectos de investimento realizados nas Províncias de Gaza, Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula, poderão beneficiar de um CIF entre 10% e 20 % e nas Províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Niassa, entre 15% e 30%.

### ■ *Benefícios para as zonas consideradas de rápido desenvolvimento*

31. Estão previstos diversos benefícios fiscais até 31 de dezembro de 2015 para os empreendimentos novos que se localizem nas áreas geográficas denominadas Zonas de Rápido Desenvolvimento (Zona do Vale do Zambeze, Província do Niassa, Distrito de Nacala, Ilhas de Moçambique e do Ibo) e que se dediquem a actividades agrícolas, silvícolas, pecuárias, de exploração florestal, de telecomunicações, de construções de infra-estruturas várias, sejam

---

de uso público, de imóveis de habitação, agrárias, de exploração de hotelaria, turismo e similar, comerciais, indústria, transporte de carga e de passageiros, educação e saúde, a saber:

- (i) isenção de Direitos de Importação devidos pela importação de bens, durante os 3 primeiros anos da implementação do Projecto;
- (ii) de um crédito fiscal por investimento (CFI) de 20% do total de investimento realizado, a deduzir na colecta dos IRPC até a concorrência deste, durante 5 exercícios fiscais;
- (iii) isenção de SISA na transmissão de propriedades do Estado a favor de terceiros contanto que se trate de infra-estruturas, cuja finalidade é o desenvolvimento de actividades.

#### ■ *Benefícios aplicáveis às Zonas Francas Industriais*

32. Os Operadores de Zonas Francas Industriais gozam de isenção de Direitos Aduaneiros na importação de materiais de construção, máquinas, equipamentos, acessórios e outros bens destinados à prossecução da actividade licenciada nas Zonas Francas Industriais. E as empresas de Zonas Francas Industriais gozam de isenção de Direitos Aduaneiros na importação de bens e mercadorias destinadas à implementação de projectos e exploração de actividades para as quais tiverem sido autorizadas.

Em sede de impostos sobre o rendimento, os operadores de Zonas Francas Industriais e as Empresas de Zonas Francas Industriais com Certificado de ZFI, poderão beneficiar, por um período de 10 anos, de uma redução em 60 % da taxa do IRPC incidente sobre os lucros provenientes da exploração de actividades para as quais tiverem sido licenciadas, estando ainda isentas da SISA que seria devida pela aquisição e utilização de imóveis.

#### ■ *Benefícios para investimento ao Abrigo da Lei de Minas*

33. Os empreendimentos levados a cabo ao abrigo da Lei de Minas beneficiam de isenção de Direitos Aduaneiros devidos na importação de equipamentos, aparelhos, materiais e sobressalentes para a prospecção e pesquisa ou exploração mineira e sobre a exportação de recursos minerais, mais beneficiando da isenção do IVA e IEC.

---

Também os investimentos levados a cabo no âmbito da mesma lei, beneficiarão, a partir do início da produção, de uma redução em 25 % da taxa do IRPC, durante os primeiros cinco anos, até ao ano 2010, desde que o investimento seja superior a 500.000 USD. Tratando-se de contribuintes sujeitos ao IRPS, a matéria colectável determinada e relativa à actividade beneficiária do incentivo, pertencente à Segunda Categoria do IRPS, terá uma dedução de 25 %, durante os primeiros cinco anos. O mesmo tipo de investimentos, ainda que de valor inferior, pode beneficiar de outros incentivos, em sede de imposto sobre o rendimento.

■ *Benefícios para Investimentos realizados ao abrigo da Lei de Petróleos*

34. São concedidos inúmeros benefícios às empresas que desenvolvem operações petrolíferas, em terra e no mar, na República de Moçambique, suas contratadas ou subcontratadas, durante a vigência da respectiva licença, tais como:

- (i) isenção de Direitos Aduaneiros, relativamente à importação de bens destinados a serem utilizados em operações petrolíferas (excluindo viaturas ligeiras destinadas exclusivamente para o transporte de passageiros);
- (ii) importação temporária com suspensão do pagamento de Direitos e demais imposições aduaneiras e fiscais dos bens destinados a operações petrolíferas, tais como sondas de perfuração, maquinaria, equipamento, aeronaves e navios, nos termos previstos nas Instruções Preliminares da Pauta Aduaneira;
- (iii) isenção de Direitos Aduaneiros na exportação dos bens a que se refere a alínea anterior, uma vez perdida a sua utilidade para as operações petrolíferas, salvo o rendimento obtido em resultado da exportação de tais bens que será objecto de colecta do IRPC;
- (iv) isenção de Direitos Aduaneiros e outras imposições aduaneiras relativamente à exportação do Petróleo produzido na República de Moçambique;
- (V) as importações e exportações referidas nas alíneas anteriores beneficiarão ainda de isenção do IVA e do ICE.

---

35. Até ao ano 2010, os investimentos levados a cabo no âmbito da Lei de Petróleos beneficiarão, a partir do início da produção, de uma redução em 25% da taxa aplicável ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, durante os primeiros oito anos.

36. As reformas efectuadas ao aparelho tributário Moçambicano provocaram, indubitavelmente, o alargamento da base tributária, a diminuição das taxas de imposto e, de modo geral, a simplificação do sistema tributário.

37. Não obstante, trata-se de um sistema fiscal, ainda jovem, com objectivos bastante ambiciosos, designadamente a redução da fuga ao fisco.

Do seu incremento depende o aumento das receitas do Estado e, por essa via, a redução da dependência da ajuda exterior, sem que esta provoque uma restrição quer do crescimento económico, quer do desenvolvimento do sector privado.

O potencial de crescimento do País, proporcionado pela estabilidade sócio-política e económica, as reformas legislativas estruturais, e o esforço de modernização da própria administração tributária, são os elementos que começam a sobressair e são precisamente esses os que, quanto a nós, se afiguram necessários para investir com confiança, em Moçambique.

Lisboa, Novembro de 2008

---

## O SISTEMA FISCAL DE Cabo Verde (NOTAS BREVES)

1. Cabo Verde é, actualmente, um país aberto ao investimento externo, que por gozar de uma consolidada estabilidade sócio – política, económica e cambial, é, conseqüentemente, bastante credível junto dos Governos, empresas e instituições financeiras internacionais.

A sua situação geográfica privilegiada, que coloca o arquipélago nas rotas de acesso aos principais mercados internacionais, o acesso preferencial a esses mercados, que deriva dos múltiplos acordos de comércio de que é parte, celebrados, nomeadamente, com a União Europeia, aliados à estabilidade dos indicadores económicos<sup>1</sup> são componentes que, no seu todo, funcionam como forte atractivo ao investimento externo.

Iniciativas nas áreas da indústria, da construção civil, do comércio, da cultura e principalmente do turismo, têm marcado a penetração de Cabo Verde no mercado mundial, o que, juntamente com as reformas estruturais, tendentes à liberalização do mercado, ao desenvolvimento do sector privado e à promoção do investimento externo, enquanto elementos determinantes do desenvolvimento sócio-económico do país, criaram um ambiente favorável ao investimento directo externo, justificando a criação de todo um conjunto de dispositivos legais para facilitar aos investidores, nacionais e estrangeiros, a instalação de empresas no país, num ambiente saudável e competitivo.

2. No plano fiscal, o ordenamento jurídico cabo-verdiano foi recentemente objecto de uma reforma profunda, destacando-se, do ponto de vista do investidor, a entrada, em vigor, em Dezembro de 2000, da Convenção para evitar a Dupla Tributação em matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal, celebrada entre Portugal e Cabo - Verde, que veio diminuir de forma significativa alguns entraves ao investimento, causados pelo fenómeno de dupla tributação, designadamente os relacionados com a tributação de lucros repatriados.

---

1

O Acordo de Cooperação Cambial com Portugal fixa a taxa de câmbio entre o Euro e o Escudo Cabo-verdiano numa relação de €1 para 110,265 ECV.

---

Detenhamo-nos sobre os principais impostos actualmente previstos na legislação fiscal Cabo-Verdiana, desde os que incidem sobre o rendimento, aos que incidem sobre o património, aos que tributam o consumo e, finalmente, sobre os benefícios fiscais em vigor:

■ *Da tributação do rendimento – o Imposto Único sobre o Rendimento*

3. São sujeitos passivos do Imposto Único sobre o Rendimento, quanto às pessoas colectivas e equiparadas, as sociedades nacionais ou estrangeiras, as empresas públicas e demais pessoas colectivas de direito público ou privado com sede ou direcção efectiva em território cabo-verdiano. As empresas (ou equiparadas), não residentes, com estabelecimento estável, mas que não tenham sede, direcção efectiva ou domicílio fiscal em território cabo-verdiano estão sujeitos ao IUR pelos rendimentos nele obtidos.

As taxas de tributação do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR), aplicáveis a pessoas colectivas e equiparadas, são de 30% ou 20%, consoante o método aplicado para a determinação da matéria colectável.

Os pagamentos por conta ocorrem duas vezes por ano (Fevereiro e Setembro), atendendo aos resultados obtidos no ano anterior.

Para as Instituições Financeiras, monetárias e não monetárias, a taxa de IUR é de 20% sobre os lucros.

4. As sociedades de direito cabo-verdiano não são tributadas pelos resultados – independentemente de os mesmos serem ou não distribuídos –, de filiais, sucursais e empresas participadas que tenham a sua residência fiscal fora do país.

São tributados por taxas liberatórias os juros de depósitos a prazo (à taxa de 20%), os dividendos e outros rendimentos que derivem da aplicação de capitais (à taxa de 15%), os rendimentos obtidos por não residentes, ainda que não possuam estabelecimentos estáveis (à taxa de 20% sobre a facturação) e rendimentos provenientes de ganhos de jogos, lotarias e apostas mútuas (à taxa de 15%).

---

5. Reportando-nos agora aos rendimentos das pessoas singulares, o IUR, incide sobre o valor global anual, considerando o ano civil, das várias fontes de rendimento (divididas por categorias de rendimento), em dinheiro e em espécie, de todos os sujeitos passivos singulares que, residindo ou não em território cabo-verdiano, nele obtenham rendimentos.

Para a determinação da matéria colectável, sobre a qual incidirá a taxa de imposto, podem ser utilizados vários métodos, a saber: o método declarativo, o método da estimativa, o método da verificação, no caso dos trabalhadores independentes, e a prévia retenção na fonte, consoante o escalão e categoria dos rendimentos.

Importa salientar que os trabalhadores independentes e profissionais liberais gozam de um regime especial, pois só serão tributados em sede de IUR se desempenharem actividades com carácter regular ou, tratando-se de actividades esporádicas, quando o seu rendimento seja igual ou superior a 5.000\$00 CVE.

6. No que respeita aos serviços, prevê a regra geral que sejam tributados em Cabo Verde aqueles cujo prestador tenha sede, estabelecimento ou domicílio aí situado, os que sejam executados em Cabo Verde, ou ainda, caso aí ocorra a utilização dos mesmos.

■ *Da tributação sobre o património – o Imposto Único sobre o Património*

7. O Imposto Único sobre o Património (IUP), do qual são sujeitos activos os Municípios onde se situem os bens a tributar, é devido pelos proprietários ou usufrutuários dos prédios, independentemente dos mesmos residirem ou não em Cabo Verde.

A taxa de tributação é de 3% e será aplicável sobre actos sujeitos a escritura pública e sobre o valor patrimonial dos prédios.

Cumprе referir que o IUP é um imposto "único", como decorre da própria designação, em contraposição aos nossos Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto Municipal sobre Imóveis, visando nele centralizar todas as realidades relativas ao património.

---

Enquanto tal, o IUP é considerado um imposto aglutinador da incidência sobre as transmissões e da incidência sobre a posse de património. E neste sentido, abrange as operações gratuitas e onerosas e, bem assim, as mais-valias resultantes de transmissões onerosas de terrenos e (outros) bens imóveis (em determinadas condições).

■ *Da tributação sobre o Consumo/ Despesa – o Imposto sobre o Valor Acrescentado e o Imposto sobre Consumos Especiais*

8. A instituição dos actuais impostos sobre o consumo foi acompanhada pela reformulação da Pauta Aduaneira de Cabo Verde.. Com a sua adopção, eliminaram-se o Imposto de Turismo e os Emolumentos Gerais Aduaneiros, dando lugar ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e, em alguns casos, simultaneamente, o Imposto sobre Consumos Especiais (ICE).

9. O IVA abrange a transmissão de bens, a prestação de serviços efectuadas a título oneroso e as importações de bens, isentando as exportações, tendendo a englobar todas as actividades económicas, quer sejam de natureza comercial, industrial ou profissional.

A taxa de IVA é, em regra, de 15%, estando isentos deste imposto um conjunto de bens considerados essenciais, As actividades de hotelaria, alojamento e restauração beneficiam de uma taxa reduzida de IVA, de 6%.

10. Através do Imposto de Consumos Especiais, são onerados os bens considerados supérfluos, de luxo ou indesejáveis, por razões de política económica, social ou ambiental, a taxas que variam de 10 a 150%.

■ *Dos benefícios fiscais em vigor*

11. A concessão de isenções é contemplada sobretudo quando razões de política económica ou social sejam determinantes.

Procurou-se adoptar, nos últimos anos – através da criação de um conjunto de legislação sobre a matéria –, uma política económica mais aberta, objectiva e que privilegiasse uma maior participação, complementaridade e igualdade de tratamento dos investimentos nacionais e estrangeiros.

---

12. Para tanto, foram garantidas: (i) a isenção de tributação de rendimentos (lucros e dividendos) distribuídos ao investidor e que sejam provenientes de investimento externo, durante o período de 5 anos e/ou sempre que reinvestidos na mesma ou noutra actividade económica em Cabo Verde, (ii) a isenção de tributação de amortizações e juros correspondentes a operações financeiras que constituam investimento externo e bem assim, (iii) a estabilização do regime fiscal (através da fixação da Taxa de Imposto Único sobre Rendimentos em 10% a partir do 6º ano, sem prejuízo de condições mais favoráveis acordadas com o Estado de Cabo Verde).

Por outro lado, isentou-se de IUR a mais-valia gerada pela alienação de partes sociais, desde que detidas pelo menos por um ano, e de outros valores mobiliários, sem essa restrição, em que avultam as unidades de participação em Organismos de Investimento Colectivo.

São, ainda, isentas de IUR até 2017 todas as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) que se constituam no país, e bem assim os rendimentos pagos aos seus clientes, cujas operações beneficiam ainda da isenção de todos e quaisquer outros impostos ou taxas. As (IFI), agora sem limite temporal, estão isentas de Imposto Único sobre o Património (IUP), de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), de direitos aduaneiros relativos a equipamentos necessários ao seu funcionamento e de impostos e taxas municipais. Os fundos de investimento imobiliários e os de pensões estão isentos de IUP, quer sobre as transacções de imóveis, quer sobre a sua propriedade.

As denominadas “empresas francas”, que desenvolvem negócios exclusivamente orientados para a exportação ou reexportação de bens e serviços, estão isentas de tributação de rendimentos (lucros e dividendos) durante dez anos e/ou sempre que reinvestidos, de tributação de amortizações e juros correspondentes a operações financeiras que constituam investimento externo, de impostos indirectos (isenção total), sendo-lhes, ainda, possibilitada a abertura de contas em divisas e sua livre movimentação para pagamentos ao exterior, relacionados com a actividade da empresa.

No sector específico da indústria, existe isenção de pagamento de Imposto Único sobre Rendimentos gerados por cada novo estabelecimento industrial averbado durante um período de 3 anos e dedução de impostos sobre lucros reinvestidos em actividades.

---

Mais está prevista, no sector do turismo, a isenção fiscal, total, durante os 5 primeiros anos, a diminuição em 50% da taxa de imposto sobre rendimentos, durante os 10 anos seguintes, a dedução de impostos sobre lucros reinvestidos em actividades similares, bem como a isenção de Impostos sobre o Património e dedução na matéria colectável de despesas incorridas com a formação de trabalhadores cabo-verdianos.

Para as actividades de agricultura, silvicultura, pescas e pequenas empresas, está previsto um regime especial de isenção na transmissão de bens e prestação de serviços, e principais factores de produção.

Apesar de todas as reformas efectuadas, nomeadamente, ao nível do ordenamento jurídico – tributário de Cabo – Verde, subsistem ainda algumas fragilidades, que implicam o planeamento rigoroso do investimento visado, à semelhança do que acontece com o investimento em outros países africanos.

13. Em jeito de conclusão, a conjuntura actual de Cabo-Verde leva-nos a crer que, quer em virtude do conjunto alargado de benefícios decorrentes da lei interna e de Convenções Internacionais, quer considerando a estabilidade sócio – política e económica que o País atravessa, que Cabo – Verde tem traçadas as linhas necessárias para se tornar um alvo obrigatório do investimento privado internacional. Não obstante, em momento algum deverá ser descuidado o planeamento rigoroso do investimento visado, dado o elevado risco que o mesmo pode comportar.

Lisboa, Novembro de 2008

## THE TAX SYSTEMS OF ANGOLA, MOZAMBIQUE AND CAPE VERDE

---

This Information Bulletin is intended for general distribution to clients and colleagues and the information contained herein is provided as a general and abstract overview. It should not be used as a basis on which to make decisions and professional legal advice should be sought for specific cases. The contents of this Information Bulletin may not be reproduced, in whole or in part, without the express consent of the author. If you should require further information on this topic, please contact Dr. Rogério M. Fernandes Ferreira, Equity Partner and Head of the Tax Practise Area at PLMJ - e.mail: [rff@plmj.pt](mailto:rff@plmj.pt), tel: (351) 213 197 358; fax: (351) 213 197 514.

---

*Best Portuguese Tax Firm* - INTERNATIONAL TAX REVIEW - TAX AWARDS 2006 and 2008

---

---

## THE TAX SYSTEM OF ANGOLA (A BRIEF OVERVIEW)

1. Nowadays, it is commonplace to talk about Angola's potential as an excellent location for private investment. In addition to the renowned wealth of its natural resources, many other factors have gone into creating the attractiveness that the country holds for many businesspeople.

The end of the war, the resulting political stability and the Angolan government's investing in the creation of an institutional environment that would appeal to investors, both by harnessing inflation (which dropped from four figures around ten years ago to 10% today) and by removing obstacles to economic initiatives and introducing incentives, acted as a stimulus for private initiative and for attracting foreign investment - the acknowledged priority of the Angolan government, which has taken significant steps along this particular road.

2. In this context, special reference must be made to the enactment of an expansive "legislative package", in 2003, including the Base Private Investment Law, the Fostering Private Enterprise Law and the Law on Tax and Customs Incentives for Private Investment as well as the creation of the National Agency for Private Investment (ANIP) - a state body created with the objective of cutting through red tape and facilitating and stimulating private investment in Angola and which plays the role of state intermediary vis-à-vis the investors.

We would like to highlight from among the measures set out in the above-mentioned legislation, particularly due to its significance, the ambitious tax and customs incentive plan for private investment along with the enshrinement of the right to transfer abroad the dividends, profits and proceeds of liquidated investments, among others, as well as of a right of equal treatment between national and foreign investors.

All private investment, whether national or foreign, provided that it falls under the umbrella of the Base Private Investment Law, and provided that it meets certain access, monetary and economic requirements – including the amount of the investment, the inclusion of the project in sectors that are classified as priority and in more needy areas of the country – can benefit from the range of incentives set down by law, which may comprise exemptions or reductions

---

of customs rates and duties, exemption from the Industrial Tax on profits arising from the investment and Capital Applications Tax on the profits distributed to shareholders, as well as exemption from the SISA tax on the acquisition of real estate allocated to investment projects.<sup>1</sup>

3. After some years of apparent indifference, the Angolan call – and the choir of voices from the business world – seems to have echoed in the Portuguese government which, in April 2006, held an ambitious official visit to the country which included around seventy Portuguese businesspeople with consolidated interests in the Angolan market. Currently, Portugal is among the first five major investors in Angola with around 280 Portuguese companies located there.

In the wake of this initiative, the 2007 State Budget Law (53-A/2006, of 29 December) amended the Tax Benefits Statute to include the possibility for corporate taxpayers to be able to avoid, under certain conditions, double economic taxation on profits distributed by affiliated companies resident in African countries whose official language is Portuguese (PALOP).

Despite the conditioning factors laid down by the legislative assembly for applying this mechanism – the regime only covers distributed dividends for shareholdings of over 25%, held for a minimum of two years, which have been taxed at 10% or more and which do not derive from activities that generate passive income, such as royalties, capital gains and capital income on securities, or real estate located outside of the company's country of residence, or in the case of banking and insurance business, of profit related to the activity carried on outside that same territory – this new regime seems favourable, particularly for investors in Angola, in that it enables them to mitigate some of the consequences arising from the persistent absence of a double taxation treaty between Portugal and Angola .

4. In tax terms, however, double economic taxation of repatriated profits is by no means the only or even the main difficulty that investors run into in Angola.

In fact, along with that there seems to be a consensus that the difficulties in these fields arise from the outset due to the complexity of the Angolan tax system.

---

5. The Angolan taxation system is substantially similar to the system which operated in Portugal from the sixties until the tax reform of 1989.

It is a system that records different types of income separately, based on their source and nature, and one which we will attempt to describe, briefly of course.

■ *Taxes on company revenue*

6. As regards company tax issues, the Angolan tax system is based essentially on the existence of a tax which is general in nature – the Industrial Tax - complemented by other separate taxes and regimes aimed at taxing specific activities of particular importance for the Angolan economy, such as the taxes on the oil industry (tax on oil production, tax on oil revenue, tax on oil trading and development charges) in the tax regime governing the mining industry and tax on contract work.

7. The Industrial Tax is levied on profit (occasional or periodic) made by residents or non-residents in the course of any business or industrial activity, including income from self-employed work which is not liable for the Tax on Employment Income and any mediation or representation work done in performing contracts of any nature.

The general rate of Industrial Tax is 35% and 20% for income deriving solely from agriculture, fishing and forestry activities.

One peculiar aspect of extreme significance lies in the fact that the Industrial Tax must be paid in advance, by means of provisional monthly assessments, calculated by applying the 35% rate to the amount equivalent to 10% of the previous month's turnover.

8. It must be pointed out that the general rate of this tax may be halved for companies that proceed to set up industries in “economically depressed” areas, as well as for companies that set up industries that harness local resources for a period of up to 10 years.

---

9. Various exemptions may also be granted from this tax, namely in respect of income deriving from setting up new industries in the country and to income arising from commercial or industrial activity in areas deemed to be of economic development interest, which may vary from 3 to 5 years. Moreover, hotel establishments which are classified as “of tourist utility” are entitled to a temporary exemption from Industrial Tax.

■ *Taxes on personal income*

10. Individual income is taxed by means of three separate taxes: the Tax on Employment Income, the Industrial Tax and the Capital Applications Tax.

11. The Tax on Employment Income (IRT) is levied on pay received by employees and on income from self employed work, obtained for services rendered in Angola, whether or not the receiver is resident in Angola. Since this tax is levied on pay earned as a result of employment, it is taxed progressively in line with the income band of the taxpayer, up to a maximum of 15%, and workers who earn less than 17,000 Kwanzas are excluded<sup>1</sup> from its scope.

The Industrial Tax is charged on the profits arising from the pursuit of any commercial or industrial activity which is not liable for the tax on employment income and, as we have seen, the general rate is 35%.

12. The Capital Applications Tax is levied on the income generated by financial applications and other capital income and is grouped into two sections: section A which includes loan interest, contracts for opening lines of credit and interest arising from late payments and section B, which is residual, and covers, among other things, profit distribution by limited liability companies, interest on shareholders’ loans and interest on bonds. The general rate is 15%, which is reduced to 10% for certain section B income.

---

<sup>1</sup> Exchange rate for Kwanza (AKZ) against the Euro: €1 = 110.9605AKZ. Bank of Portugal data for October 2008.

---

■ *Works Contract Taxation Law*

13. Law 7/97, of 10 October, sets out the withholding tax regime for Industrial Tax on income arising from works contracting, subcontracting and the supply of services.

It is a regime which covers all individuals and corporate bodies, whether or not they have a registered office, effective management or permanent establishment in Angola, which are sporadically or permanently engaged in works contracts, subcontracts or supplies of services not covered by the provisions of the Employment Income Tax Code.

For taxpayers resident in Angola, tax deducted at source takes on the nature of a tax on account. In the case of non-resident taxpayers, the withholding tax is definitive.

The responsibility for the assessment and passing on of the tax falls to the contracting body, which is liable for the entire amount of tax and any additions in the case of failure to pay, without prejudice to the right of return against the tax debtor.

The withholding rate applicable to contracts for public works and construction, repairs, improvements or preservation of real property is 3.5%, while the remaining services agreements are subject to a withholding tax rate of 5.25%.

14. The taxation of real estate property in Angola turns on the coexistence of distinct taxes: the Building Tax, SISA and the Inheritance and Gift Tax.

■ *Real Estate taxes*

15. The Building Tax taxes static wealth and is levied on the annual actual or potential lease value of buildings at the rate of 30%. For the purposes of determining the taxable income, expenses incurred with the maintenance and upkeep of the property can be deducted up to a limit of 20% of the rents actually received.

---

Buildings allocated for the pursuit of activities which are liable for the Industrial Tax are excluded from its scope when no rent is paid.

16. The Sisa tax, whose rate varies between 2% and 10%, is owed in respect of transfers of real property - land or buildings - for valuable consideration, except for perpetual or temporary transfers of property granted by the government for the purposes of operating industrial companies of any nature. For the purposes of the tax, the transfer of shares of companies that hold real estate, provided that the transferee becomes the holder of at least 75% of the share capital, is considered a transfer.

Note that transfers liable for SISA are also liable for Stamp Duty

17. The Inheritance and Gift Tax is levied on all gratuitous transfers of real or personal property at the following progressive rates and, in the event that the taxable income is greater than Akz 3.000.000, it is divided into two parts, with the immediately higher rate being applied to the surplus):

| <b>Transfers</b>  | <b>Até KZ<br/>3,000,00</b> | <b>Over KZ<br/>3,000,00</b> |
|---|----------------------------|-----------------------------|
| Between spouses or in favour of descendants or ascendants | 10%                        | 15%                         |
| Between any other persons                                 | 15%                        | 30%                         |

Transfers in favour of descendants, ascendants and spouses when the value of the assets transferred to each one albeit at different times does not exceed KZ 500,000.00, are exempt from payment of the Inheritance and Gift Tax.

#### ■ *Taxes on consumption*

18. The tax on consumption has a vast subjective and objective scope, covering a range of situations and redounding on the production and import of goods, regardless of their origin, on the consumption of water and energy, telecommunications services, and hotel and other related or similar services, among others.

---

The general set rate is 10%, except for the goods listed in Schedules I, II and III of the Stamp Duty Regulations, which refer respectively to reduced rate goods, imported and nationally-produced goods and the use of services, and whose rates vary between 2% and 30%.

Note that the Consumption Tax is a single-stage cumulative tax. It does not have IVA deduction mechanisms, since it seeks to tax not only the added value but also the transfer of goods or services in themselves, cumulatively, so that all the actors in the consumption chain of the goods or service actually pay the amount of duty owed, without of course affecting the obligation of the next user.

### ■ *Other significant taxes*

19. In addition to the above-mentioned taxes, we would also like to highlight, owing to its relevance, the tax on international transactions which falls on the import and export of goods – the customs charges which are currently governed by the Import and Export Tariffs Regulations, which corresponds to the 2007 version of the Harmonised Designation and Codification of Goods System enacted by Decree-Law, of 4 August.

20. Stamp Duty, as in Portugal, is charged on various acts, contracts and distinct operations, particularly on financial transactions, capital increases and other contracts.

The amount of Stamp Duty is set out in the General Stamp Duty Table updated in 2004 and must be paid on or before the last day of the month immediately prior to that of the transactions or the receipt processing.

21. Despite the numerous tax and customs benefits for private investment, it must be pointed out however that at no time should these advantages be confused with simplicity or ease of action, as it must always be borne in mind that investment in Angola is still a risky investment, every aspect of which should be thoroughly planned.

Despite the difficulties that still remain, of which the tax system is merely one example, it must be acknowledged that investing in Angola today has become far easier than it was not so very long ago.

---

Moreover, even knowing that it is difficult for Portuguese businesspeople to keep pace with the competition, which in some important sectors involves companies from world powers (particularly China) the advantages conferred by knowledge of the language and the strong cultural ties as well as the similarities of the legal orders of both countries cannot be denied.

Lisbon, November 2008

---

## THE TAX SYSTEM OF MOZAMBIQUE (A BRIEF OVERVIEW)

1. A study of the Mozambican economy reveals four very characteristic stages of development:

- The first stage lasted from 1973 to 1977 and is termed the transition crisis. This stage was characterised by rapidly decreasing production, decreased investments, outflow of capital, the flight of the colonists and the subsequent change from company management to state management through nationalisation;

- The second stage covered the years between 1977 and 1981 and is termed the economic recovery, due to the state planning of the national economy. It was this period characterised by a structural transformation of the economy that resulted in the adoption of a central (socialist type) planning economy;

- The third stage took place between 1981 and 1986 and is called the war crisis period. In this period, the Mozambican economy underwent profound difficulties, as a result of the civil war with RENAMO. It was a period in which economic, social, communication and transport infrastructures suffered serious damage at the hands of guerrilla forces, with the consequent flight of entire populations from the rural to the perhaps safer urban areas;

- Finally, the fourth stage of economic recovery during wartime, which lasted from 1986 to 1990. This stage in fact began in 1987 with the application of ERP – Economic Rehabilitation Programme, initiated under the auspices of the World Bank and the International Monetary Fund.

2. The Constitutional Review, begun in 1989 and passed in 1990 with the approval of amendments by the Popular Assembly, constituted an important political landmark for the Mozambicans. The 1990 Constitution opened up the hitherto single-party political system to a pluralist system and one of the consequences of this Amendment was the holding of negotiations with RENAMO, which culminated in the political agreement known as the Rome General Peace Accord, signed on 4 October 1992.

---

3. From that time forward, the abandonment of the Marxist-style economy adopted in 1975, the opening up to private initiative and the reduction in the state monopoly, the reduction of obstacles to external trade and the consequent increase in foreign investment in natural resources projects, less bureaucracy in licensing procedures for commercial activities and the implementation of various structural and institutional reforms placed Mozambique on the road to development and the highest economic growth rates worldwide.

4. Despite having attained one of the largest worldwide growth rates in 1997 – 1998, the country is still largely dependent on foreign aid to balance the budget and offset the trade imbalance, where imports greatly exceed exports. Nevertheless, the medium-term future of the country looks promising, as commercial and transport ties are being established with South Africa and numerous foreign investments being made, on the one hand, and on the other, owing to the implementation of the programme designed and supported by all the southern African countries members of the South African Development Community (SADC).

5. Other important aspects include the signing and ratification by Mozambique of the Cotonou Agreement (a cooperation agreement on political, developmental and commercial fields) entered into by the ACP states (Africa, the Caribbean and the Pacific) and the European Union (EU) and the negotiations of the Economic Partnership Agreement between the SADC and the EU (main trading partner of the SADC) with the goal of creating an economic area in which it is possible to ensure easier exchanges of goods, services and financing, as well as to create a set of rules that provide stability for commercial operators and investors.

These are in fact the tools that are paving the way for Mozambique to be able to define its own foreign trade policy in coming years.

6. Currently, Mozambique has the advantage of non-reciprocal duty-free access to the EU market under the EBA initiative (“everything-but-arms”) for developing countries. In general, the Mozambican Investment Law and Tax Benefits Code guarantee various customs exemptions for direct foreign investment thereby contributing, along with the above-mentioned factors, to the country becoming one of the preferred African investment destinations.

---

One of the means for attaining the main goal of Mozambique general development strategy which is rooted in the PARPA (Action Plan for Reducing Absolute Poverty II) – reducing poverty from the current 54% to 45% in 2009 – has been the structural reform of the country's tax policy to one more appropriate for the economic challenges currently facing the country through increased tax revenue and creating attractive conditions for direct foreign investment.

The Constitution of the Republic of Mozambique set out the fundamental principles of the Mozambican tax system, which were later implemented through the various existing tax laws, notably the Base Taxation System Law (15/2002, of 26 June) and the General Taxation Law (Law 2/2006, of 22 March).

These two laws contain the essential tax matters, and establish the organisational principles of the Mozambican tax system, as well as setting down the rights, duties and guarantees of the taxpayers and the powers of the tax authorities.

7. Let's take a more detailed look at the main taxes in the Mozambican tax system:

■ *Taxes on income – Personal Income Tax and Corporate Income Tax*

8. The two forms of direct national taxation are the Personal Income Tax (IRPS) and the Corporate Income Tax (IPRC) which have both been in force since January 2003. Both of these have recently undergone significant amendment through the enactment of Laws 33/2007, of 31 December. IRPS is levied on income paid in cash or in kind to individuals resident in Mozambique and by non-resident individuals who receive income earned in Mozambican territory.

The rates of this progressive tax range from 10% to 32%, while employment income is subject to its own IRPS pay as you earn regime.

9. An annual taxable income of less than thirty-six minimum salaries

---

(calculated on the highest minimum salary as at 31 December of the year to which the income refers<sup>1</sup> is tax-free under Mozambican tax law. A definitive withholding tax is levied on the following gross income:

- 20% on some deriving from the supply of services, self-employment, income from nominative and bearer shares and from profits placed at the disposal of the respective holders and members, including advances on account of profits, owed by entities liable for IRPC and received by non-Mozambican residents, and also on any capital income received by non-residents when not expressly taxed at a different rate;
- 10% for interest on current or savings accounts, income from nominative or bearer debt instruments, as well as cash gains in lotteries or games of chance and income received by artists or sportspeople and other similar professions, whether or not domiciled in Mozambique (unless they carry on their activity on behalf of another).

10. IRPC is levied on resident entities – whose registered office or effective management and control is based in Mozambique – which carry on industrial, commercial or agricultural activities, while the full amount of the income obtained in Mozambique and (gross) income deriving from abroad is liable. When the taxable income includes income obtained abroad, the deduction on account of international double taxation should be the lesser of the following:

- (i) the tax on the income paid abroad;
- (ii) the IRPC portion - calculated prior to the deduction - equivalent to the income that can be taxed in the country in question.

11. Non-resident companies, regardless of whether or not they have a permanent establishment, are in turn liable for IRPC only on income obtained in Mozambique.

The general IRPC rate is 32%, but a reduced rate of 10% will apply until 31 December 2010 to entities which carry on activities in agriculture and fishing.

Charges which are not duly documented and expenses of a confidential or unlawful nature are taxed separately at 35%.

---

<sup>1</sup> Exchange rate for Metical against the Euro: €1 – 331,00MT. Bank data as of October 2008.

---

The withholding tax rate levied on income received by entities which have no registered office, effective management or permanent establishments to which the income is attributable is 20%. However, income deriving from telecommunications, transport and international supplies of services is taxed at the 10% withholding rate. This may however be treated differently when a double tax treaty with Mozambique applies.

■ *Tax on consumption / spending – Value-Added Tax (IVA), Specific Consumption Tax (ICE) and Customs Duties (DA)*

12. Indirect taxation – taxation on consumption/spending – in the Mozambican tax system operates through the Value-Added Tax (IVA), the Specific Consumption Tax (ICE) and Customs Duties (DA).

13. IVA (the Code was amended by Decree 32/2007, of 31 December), is levied on for value transfers of goods or supplies within Mozambique and on the import of goods. The current IVA rate is 17% and IVA exemptions exist in respect of exports, for value transfers of goods and supplies of services that are considered essential.

14. The ICE is a selective tax on the consumption of certain goods stipulated in specific legislation (luxury goods) and is levied only once on the producer or the importer, as the case may be. The rates vary according to the goods in question – between 15% and 65% - and it is essentially an *ad valorem* tax.

15. Despite the abolition of the customs tariffs that used to be levied on imported and exported goods under the terms established in the customs rules and at the rates set out therein, from January of this year, within the scope of the SADC agreements, these tariffs have not yet been completely abolished (as only some countries and products are already covered by these agreements). According to the available information, the tariffs will be gradually phased out and the abolition complete by 2015. In the meantime, Mozambique will continue to receive income from these tariffs

■ *Other significant taxes*

16. Apart from the above-mentioned income and consumption taxes, the Mozambican tax regime consists of several more taxes of general application: (i) Sisa, which is levied at the general 2% rate on property transfers for valuable

---

consideration or portions thereof on immovable property, (ii) Stamp Duty, which is levied on all documents, contracts, books, papers and others listed in the respective table at the rates set therein, (ii) Vehicle Tax, (iv) National Reconstruction Tax and (v) Inheritance and Gift tax, levied on gratuitous transfers.

17. It is necessary to include the Oil Production Tax, which is levied on oil, gas and other hydrocarbons produced in the country, the Production Tax, which applies to mining production, and the Special Gambling Tax, which is charged on revenue from gambling and betting activities.

■ *The current tax benefits*

18. In addition to the various guarantees under the Investment Law and its Regulations – particularly the right to repatriate profits or dividends – foreign investors may be entitled to various tax benefits, which are set out in the Tax Benefits Code (enacted by Decree 16/2002, of 27 June) and discussed below.

■ *The current tax benefits*

19. Investments in undertakings authorised under the Investments Law and the respective Regulation are exempt from import Duties on certain goods, provided that these are not made in Mozambique.

■ *Tax benefits for income*

20. All investments made under the Investments Law are eligible for an investment tax credit (CFI) of 5% of the total investment made, for a period of five tax years, which may be deducted from the IRPC payable up to the limit of the actual amount of IRPC. For IRPS taxpayers, the CFI deduction should be made up to a limit of the amount that would result from aggregating only the income deriving from the activity in the Second IRPS Category that benefits from the incentive.

The CFI deduction for projects carried out in the provinces of Gaza, Sofala, Tete and Zambezia will be 10% of the total investment made and, in the provinces of Cabo Delgado, Inhambane and Niassa, it will be 15% of the total investment.

---

21. The Mozambican Tax Benefits Code provides incentives for modernisation and the introduction of new technologies, and the amount invested in specialised equipment may be eligible, for the first five years of activity, for a deduction of up to a maximum of 15% from the taxable income for the purposes of calculating IRPC. This deduction will also apply under the same conditions to IRPS, but only in respect of income arising from activities in the Second IRPS Category.

22. It also provides a tax benefit for investments made in vocational training for Mozambican workers, the cost of which can be deducted, up to a maximum of 5% of the taxable income, from the taxable income for the purposes of calculating IRPC during the first five years of activity. When the vocational training involves the use of state-of-the-art technology, the deduction from the taxable income for the purposes of IRPC will be a maximum of 10% of the taxable income. The same deductions and the same conditions apply for IRPS, but only in respect of income arising from the activities in the Second IRPS Category.

For a period of 10 years from the date activity commences, the following amounts may be deemed costs for the purposes of determining IRPC and IRPS taxable income, but only in respect of income arising from the activities in the Second IRPS Category:

- (i) 120% of the amounts spent on all the expenses incurred in the construction and improvement of roads, railways, airports, post, telecommunications, water supply, electricity, schools, hospitals and other works, provided that these are considered of public usefulness by the competent entities and approved by the tax authorities in the case of undertakings in the city of Maputo;
- (ii) 150% of the amounts spent on undertakings in the remaining provinces;
- (iii) 50% of the amounts spent on expenses incurred on purchasing, for personal wealth, works which are considered works of art and other objects that represent Mozambican culture, as well as events which contribute to its development, in accordance with the Cultural Heritage Protection Law.

23. The incorporation of companies and alterations to their capital or statutes is exempt from Stamp Duty for the first five years after the investment or operations began.

---

24. Undertakings authorised under this Code are eligible for a 50% reduction in the rate of SISA on the acquisition of real property destined for industry, agro-industry and the hotel industry, provided that it is acquired in the 3 (three) years after the investment was authorised.

■ *Agricultural sector benefits*

25. Investments in agricultural undertakings authorised under the Investments Law and the respective Regulation are exempt from the payment of Import Duties on certain goods, provided that these are not made in Mozambique.

26. Agricultural undertakings carried out under the Investments Law and the respective Regulation are eligible, until the year 2012, for an 80% reduction in the rate of tax on company profits attributable to their agricultural activity. For IRPS taxpayers, this reduction should apply only to the taxable income of the activity in the Second Category of this tax that benefits from the incentive.

■ *Benefits for the hotel and tourism industry*

27. Tax benefits are also granted to the hotel and tourism industry in respect of certain investment projects, such as (i) the renovation, building, extension or modernisation of hotels and any additional or connected sections, whose main aim is to provide tourism services and (ii) the development of national parks and reserves.

28. There is an incentive for accelerated amortisation in respect of new furniture, motor vehicles and other tangible fixed assets when these are allocated to the hotel and tourism activity in undertakings carried out under the Investments Law, which consist of opting to use three times the normal rates prescribed by law for calculating the amortisation and reintegration amounts deemed as costs for the purpose of determining the IRPC or IRPS taxable income, provided that the projects in question were approved on or before 31 December 2007.

---

■ *Benefits for large-scale projects*

29. Undertakings whose investment exceeds the equivalent of five hundred million US dollars, as well as public infrastructure undertakings carried out under a concession regime may be eligible for exceptional incentives (for a maximum of 10 years) as regards Import Duties, IRPC, SISA and Stamp Duty, under a contractual regime to be awarded by the Council of Ministers at the proposal of the Minister of Planning and Finance, the concession of which is conditional on the state and the project developer entering into a contract - to be approved by the Council of Ministers - which will set out the objectives, ends, incentives to be granted and penalties in the event of breach, as well as demonstrate the respective technical, economic and financial viability and that certain conditions have been met.

30. Investments made under the Investments Law will be eligible for an investment tax credit (CFI) calculated on a percentage of between 5% and 10% of the total investment made which is deductible from the amount of IRS payable up to the limit thereof for a period of five tax years, while any portion of the tax credit which is unused in any given tax year may be deducted in subsequent years. It will expire in the fifth tax year after the beginning of the investment for projects in operation. Investment projects in the provinces of Gaza, Sofala, Manica, Tete, Zambezia and Nampula are eligible for a CFI of between 10% and 20%, while projects in the provinces of Cabo Delgado, Inhambane and Niassa are eligible for a CFI of between 15% and 30%.

■ *Benefits for rapid development areas*

31. Until 31 December 2015, there are various tax benefits available for new undertakings in the geographical areas termed Rapid Development Areas (the Zambeze Valley, Niassa province, Nacala district, the islands of Mozambique and Ibo) and which are engaged in agricultural and silvicultural activities as well as cattle and forest use, telecommunications, the building of various infrastructures, which may be of public use, residential properties, agrarian activities, hotel, tourism and other similar activities, commercial and industrial activities, the transport of passengers and cargo, education and health, as follows:

- (i) exemption from Import Duties on the import of goods during

- 
- the first three years of project implementation;
  - (ii) an investment tax credit (CFI) of 20% of the total investment made, to be deducted from the IRPC payable up to the limit thereof, for a period of five tax years;
  - (iii) exemption from SISA on the transfer of state properties to third parties, provided that they are infrastructures destined for the development of activities.

■ *Benefits for industrial tax-free zones*

32. Industrial Tax-free Zones operators are exempt from Customs Duties on the import of building materials, machinery, equipment, accessories and other goods used in the pursuit of the licensed activity in the Industrial Tax-free Zones. Industrial Tax-free Zone companies benefit from an exemption from Customs Duties on the import of goods and merchandise for implementing projects and operating the licensed activities.

As to income taxes, Industrial Tax-free Zone operators and Industrial Tax-free Zone Companies with a ZFI Certificate are eligible for a 60% reduction in the IRPC rate on profits generated by the activities for which they were licensed for a period of 10 years and are also exempt from the SISA that would be owed in respect of the acquisition and use of real property.

■ *Benefits for investments made under the Mining Law*

33. Undertakings which are carried out within the scope of the Mining Law are exempt from Customs Duties on the import of equipment, devices, materials and spare parts for mine prospecting, research or exploration, and on the export of mineral resources. They are also exempt from IVA and ICE.

Investments carried out under the same law are eligible for a 25% reduction in the IRPC rate from the time production begins, for the first five years, until the year 2010, provided that the investment exceeds 500,000 US\$. For IRPS taxpayers, the taxable income related to the activity in the Second IRPS Category which benefits from the incentive will have a 25% deduction for the first five years. The same type of investments, even when lower in value, may also be eligible for other income tax incentives.

---

■ *Benefits for investments made under the Oil Law*

34. Numerous benefits are granted to companies that carry on oil-related activities on land and at sea in the Republic of Mozambique, as well as to their contractors or subcontractors for the duration of the respective licence, such as:

- (i) an exemption from Customs Duties on the import of goods for use in oil-related operations (excluding light vehicles destined solely for passenger transport);
- (ii) temporary import with suspension of the payment of customs and tax tariffs and duties on goods for use in oil-related operations such as drilling probes, machinery, equipment, aircraft and ships, in accordance with the Preliminary Instructions of the Customs Rules;
- (iii) an exemption from Customs Duties on the export of the goods referred to in the preceding subparagraph, once they have outlived their usefulness for oil-related operations, save for the income obtained as a result of the export of such goods which will be liable for IRPC;
- (iv) an exemption from Customs Duties and other customs tariffs on the export of oil produced in the Republic of Mozambique;
- (v) the imports and exports referred to in the preceding subparagraphs are also exempt from IVA and ICE.

35. Until 2010, the investments made under the Petroleum Law are eligible for a 25% reduction of the IRPC rate for the first eight years after the commencement of production.

36. The reforms made to the Mozambican tax apparatus have indisputably widened the tax base, decreased tax rates and generally speaking, simplified the tax system.

37. Nevertheless, it is still a young tax system with fairly ambitious goals, including to reduce tax evasion.

On its growth depends the increased revenue of the state and consequently less reliance on foreign aid, without creating restrictions on economic growth or private sector development. The growth potential of the country afforded by the socio-political and economic stability, structural legislative reforms, and the push of the tax authority itself towards modernisation are the elements that are beginning to stand out and are exactly those which, in our opinion, are necessary to be able to invest confidently in Mozambique.

Lisbon, November 2008

---

## THE TAX SYSTEM OF CAPE VERDE (A BRIEF OVERVIEW)

1. The Cape Verde of today is a country that is open to foreign investment and, since it enjoys socio-political and exchange stability, it is a fairly credible option for governments, companies and international financial institutions.

Its favourable geographical location, which places it on the access routes to the main international markets and the preferential access to these markets arising out of multiple trade agreements entered into with the European Union, along with the stability of its economic indicators<sup>1</sup> are elements that, as a whole, operate as a strong attraction for external investment.

Initiatives in the areas of industry, civil construction, cultural and mainly tourism have marked Cape Verde's entry into the world market which, along with the structural reforms that incline towards market liberalisation, private sector development and the promotion of external investment as determining factors for the socio-economic development of the country, have combined to create a favourable setting for direct foreign investment, thus justifying the creation of a range of legal mechanisms to facilitate the setting up of companies by national and foreign investors in a healthy competitive environment.

2. In tax terms, the Cape Verdean legal order has recently undergone major reform, the highlight of which from the investors' point of view being the entry into force in December 2000 of the Treaty for the Avoidance of Double Taxation and Preventing Tax Evasion between Portugal and Cape Verde, which has significantly reduced some obstacles to investment caused by the double taxation phenomenon, including those related to the taxation of repatriated profits.

Let's take a look at some of the main tax provisions in Cape Verdean legislation, starting with taxes that are levied on income, moving on to those charged on wealth and then to consumption taxes and, finally, the existing tax benefits.

---

1

The Exchange Cooperation Agreement with Portugal set the rate of exchange between the Euro and the Cape Verdean Escudo at €1 to 110,265 ECV.

---

■ *Taxes on income – the Single Income Tax (IUR)*

3. The taxpayers of the Single Income Tax, as regards companies and similar structures, are national and foreign companies, state companies and other companies governed by public or private law whose registered office or effective management is located in Cape Verde. Non-resident companies (or equivalents) that have a permanent establishment but not a registered office, effective management or tax domicile in Cape Verde, are liable to IUR on income obtained therein.

The rates of IUR applicable to companies and equivalent bodies are 20% or 30% according to the method used for computing taxable income.

Payments on account are made twice a year (February and September) on the basis of the previous year's results.

For both monetary and non-monetary financial institutions, the IUR rate is 20% on profits.

4. Companies incorporated according to Cape Verde law are not taxed on results – whether or not these are distributed – of affiliates, branches or subsidiaries whose tax residence is outside the country.

A definitive withholding tax is payable on interest on savings accounts at the rate of 20%, on dividends and other income deriving from the application of capital at the 15% rate, on income obtained by non-residents, even if they do not have permanent establishments, at 20% of invoicing, and on income from gambling, lotteries and betting at the 15% rate.

5. As regards personal income, the IUR is levied on the annual overall figure for the calendar year from various sources of income (divided into categories of income), in cash or in kind, of all individual taxpayers who obtain income from Cape Verde, whether or not they reside there.

In order to compute the taxable income to which the tax rate will be applied, several methods can be used - the declaration method, the estimate method, the verification method in the case of self-employed persons and deductions at source in accordance with the income band and categories.

---

It must be highlighted that professionals and the self-employed enjoy a special regime, as they are only subject to IUR if they carry on regular activities or, in the event of occasional activity, when their income is equal to or greater than 5,000 Cape Verde Escudos (CVE).

6. As regards services, the general rule is that services whose provider has a registered office, establishment or domicile in Cape Verde, or which are carried out in Cape Verde, or used therein, are liable for tax in Cape Verde.

■ *Tax on wealth – the Single Wealth Tax*

7. The beneficiaries of The Single Wealth Tax (IUP) are the municipalities where the taxable assets are located. This tax is owed by the owners or usufructuaries of property, regardless of whether they reside in Cape Verde or otherwise.

The rate of taxation is 3% and applies to acts that require the execution of a notarial deed and on the value of the property.

It must be pointed out that the IUP, as the name implies, is a “single” tax - unlike our Property Transfer Tax and Property Tax - which encompasses all wealth-related taxation.

As such, it is considered a tax that combines taxation on property transfers and taxation on the ownership of wealth. It thus covers both gratuitous and for value transactions as well as capital gains resulting from transfers of land and (other) immovable property (under certain conditions) for valuable consideration.

■ *Tax on consumption / spending – Value-Added Tax and Special Consumption Taxes*

8. The introduction of the current taxes on consumption was accompanied by the reformulation of the Cape Verde Customs Tariff Regulations whereunder the Tourism Tax and the General Customs Charges gave way to the Value-Added Tax (IVA) and in some cases, at the same time, the Special Consumption Tax (ICE).

---

9. IVA covers the transfer of goods, the provision of services carried out in return for consideration, and imports - but not exports - of goods and tends to cover all business activities, whether commercial, industrial or professional in nature.

The IVA rate is 15%, as a rule, although a wide range of essential goods is exempt. The hotel, accommodation and restaurant sectors benefit from a reduced 6% IVA rate.

10. The Special Consumption Tax is used to tax goods which are deemed superfluous, luxury or undesirable for economic, social or environmental policy reasons, at rates varying from 10 to 150%.

■ *The current tax benefits*

11. The grant of exemptions is envisaged primarily whenever economic or social policy reasons are determining factors.

In recent years, the drive has been to adopt – through the introduction of a range of legislation on the matter – a more open and objective economic policy, which favours greater participation, complementarity and equal treatment of national and foreign investments.

12. To this end, the following tax measures have been introduced: (i) tax exemption on income derived from external investment (profits and dividends) distributed to the investor, for a period of 5 years and/or whenever reinvested in the same or other business activity in Cape Verde, (ii) tax exemption for amortisation payments and interest on financial operations which constitute external investment and also (iii) the stabilisation of the tax regime (through fixing the Single Income Tax at 10% from the sixth year, without affecting more favourable conditions agreed with the Cape Verde government.

Furthermore, the gain generated by the disposal of shares is exempt, provided that these have been held for at least one year, as are other securities which make up the Collective Investment Organisms participation units, but without the proviso.

---

Also exempt until 2017 are all international financial institutions (IFI) incorporated in the country, as well as the income paid to their clients, whose transactions benefit from a further exemption from any and all other taxes or duties. The IFI, which are not now subject to any time limit, are exempt from the Single Wealth Tax (IUP), Value-Added Tax (IVA), customs charges on the equipment necessary for their functioning and municipal rates and taxes. Securities investment funds and pension funds are exempt from IUP, both on transfers and ownership of immovable property.

The so-called “tax-free” companies which carry on business aimed solely at the export or re-export of goods and services are exempt from taxes on income (profits and dividends) for ten years and/or whenever these are reinvested, taxes on amortisation payments and interest on financial transactions which constitute external investment, and indirect taxes (full exemption). It is also possible for them to open foreign currency accounts and operate them freely to make payments abroad related to the company activity.

In the industry sector, there is an exemption from the payment of the Single Income Tax on income generated by each new industrial establishment funded for a period of three years and a tax deduction for profits reinvested in activities.

There is a provision for total exemption in the tourist sector for the first five years, a reduction of 50% on the income tax rate for the following 10 years, the deduction of taxes on profit reinvested in similar activities, as well as the exemption from the Wealth Tax and deduction on the taxable income of expenses incurred in training Cape Verdean workers.

A special exemption regime applies to agriculture, fishing, forestry and small business activities in respect of the transfer of goods and provision of services and main production factors.

Despite all the reforms, including those made to the Cape Verde tax order, certain weaknesses remain which require that the desired investment be rigorously planned, just as for investments in other African countries.

13. In conclusion, the current position of Cape Verde leads us to believe that both as a result of the widened range of benefits arising under internal law and international conventions and the socio-political and economic

---

stability the country enjoys, Cape Verde has created the necessary conditions to become a preferential target for private international investment. Nevertheless, in view of the high risks, strict planning of the desired investment should not be dispensed with at any time.

Lisbon, November 2008

## LES SYSTÈMES FISCAUX d' ANGOLA MOÇAMBIQUE ET CAP-VERT

---

Cette Newsletter Fiscale est distribuée aux Clients et Collègues. L'information est fournie de manière générale et abstraite, ne servant pas de base pour prendre une décision sans être assisté par un professionnel qualifié et ne s'adressant pas à un cas concret. Son contenu ne peut être reproduit, en partie ou en totalité, sans autorisation expresse de l'auteur. En cas de nécessité et pour plus amples informations sur un sujet, veuillez contacter Dr.Rogério M Fernandes Ferreira, associé et chef du Département Droit Fiscal de PLMJ- email:rff@plmj.pt , tel: (351) 21 319 73 58; Fax: (351) 21 319 7514.

---

*Meilleur Cabinet Fiscal Portugais – INTERNATIONAL TAX REVIEW & TAX AWARDS 2006 et 2008;*

---

---

## LE SYSTÈME FISCAL de L' ANGOLA (EN BREF)

1. C'est presque un lieu commun que de parler aujourd'hui des potentialités de l'Angola en tant que destination préférentielle de l'investissement privé. En effet, outre la richesse bien connue de ses ressources naturelles, plusieurs facteurs contribuent au grand engouement des entrepreneurs pour ce pays.

La fin de la guerre, la stabilité politique qui a suivi et les efforts du gouvernement angolais tendant à créer un cadre institutionnel attractif pour l'investissement, tant par la maîtrise de l'inflation (qui après des niveaux à quatre chiffres il y a une dizaine d'années s'établit aujourd'hui autour des 10%), que par la suppression des obstacles à l'initiative économique et par la création d'incitations, sont autant d'encouragements à l'initiative privée et à la captation de l'investissement étranger, une priorité avouée du gouvernement Angolais, qui a déjà beaucoup avancé sur cette voie.

2. Dans ce contexte, on soulignera l'adoption, en 2003, d'un vaste « corpus législatif » qui comprend la Loi de Bases de l'Investissement Privé, la Loi de l'Expansion des Entreprises Privée et la Loi des Incitations Fiscales et Douanières à l'Investissement Privé, ainsi que la création de l'Agence Nationale pour l'Investissement Privé (ANIP), organisme d'État créé pour faciliter, débureaucratiser et stimuler l'investissement privé en Angola et qui joue le rôle d'interlocuteur de l'État auprès des investisseurs.

Parmi les mesures prévues par tous ces textes, nous souligneront, pour son importance – en plus de la consécration de la garantie du droit de transférer à l'étranger les dividendes, bénéfices, produits de la liquidation d'investissements, entre autres, et d'un principe d'égalité de traitement entre investisseurs nationaux et étrangers –, la consécration d'un régime ambitieux d'incitations fiscales et douanières à l'investissement privé.

Tout investissement privé, étranger ou national, dès lors qu'il relève du régime de la Loi de Bases de l'Investissement Privé et pour autant que soient remplies certaines conditions d'accès, monétaires et économiques – parmi lesquelles le montant de l'investissement, l'insertion du projet dans les secteurs classés

---

prioritaires et dans les zones du pays les plus défavorisées – peut bénéficier de l'éventail des incitations consacrées par la loi, qui peuvent consister en une exonération ou une réduction de taxes et de droits de douane, une exonération d'Impôt Industriel sur les bénéfices de l'investissement et d'Impôt sur le Placement de Capitaux sur les bénéfices distribués aux associés, ainsi que l'exonération des droits (Sisa) sur l'acquisition de biens immobiliers affectés à des projets d'investissement.

3. Après quelques années d'une apparente indifférence, l'appel angolais – et le chœur des voix du tissu entrepreneurial – semble avoir trouvé écho auprès du gouvernement portugais, qui a organisé en avril 2006 une ambitieuse visite officielle dans ce pays, avec une délégation d'environ soixante-dix entrepreneurs portugais ayant des intérêts consolidés sur le marché angolais. Actuellement, le Portugal figure parmi les cinq plus gros investisseurs en Angola, avec près de 280 entreprises portugaises installées sur le territoire angolais.

Suite à cette initiative, la Loi du Budget de l'État pour 2007 (n° 53-A/2006, du 29 décembre 2006), est venue consacrer, dans le Statut des Avantages Fiscaux, la possibilité pour les assujettis à l'IRC (Impôt sur les sociétés) de pouvoir éliminer, dans certaines conditions, la double imposition économique frappant les bénéfices distribués par des sociétés filiales, résidentes dans des pays africains de langue officielle portugaise (PALOP).

Malgré les contraintes fixées par le législateur à l'application de ce mécanisme – le régime ne couvre que les dividendes distribués au titre de participations supérieures à 25%, détenues pendant au moins deux ans, ayant été imposés à un taux supérieur ou égal à 10% et qui ne résultent pas des activités dites génératrices de revenus passifs, tels que *royalties*, plus-values et revenus de capitaux relatifs à des valeurs mobilières, ou de biens immobiliers situés hors du territoire de l'État de résidence de la société ou encore, dans le cas de l'activité bancaire et d'assurance, de bénéfices relatifs à l'activité exercée hors de ce même territoire –, ce nouveau régime semble favorable, en particulier pour les investisseurs en Angola, dans la mesure où il permet d'atténuer certaines conséquences découlant de l'inexistence d'une convention tendant à éviter la double imposition, que les États portugais et angolais persistent à ne pas signer.

---

4. Mais, au plan fiscal, la double imposition sur les bénéficiaires rapatriés est loin de constituer la seule (voire la principale) difficulté rencontrée par les investisseurs dans ce pays.

En effet, en plus de cet aspect tout le monde s'accorde à considérer que les difficultés, dans ces domaines, résultent avant tout de la complexité du système fiscale angolais.

5. Le système fiscal angolais ressemble beaucoup à l'ancien système en vigueur au Portugal à partir des années soixante et jusqu'à la Réforme fiscale de 1989, dont il est d'ailleurs tributaire.

Il s'agit d'un système d'imposition du type parcellaire, qui frappe de manière autonome les différents types de revenus, en fonction de leur source et de leur nature, et que nous tâcherons de décrire ci-après, d'une manière nécessairement résumée :

#### ■ *Impôts sur le revenu des sociétés*

6. En matière d'imposition des revenus des sociétés, le système fiscal angolais repose essentiellement sur l'existence d'un impôt général – l'Impôt Industriel –, assorti d'impôts et de régimes parcellaires, appliqués à des activités spécifiques et ayant une importance particulière pour l'économie angolaise, comme les impôts sur l'activité pétrolière (impôt sur la production du pétrole, impôt sur le revenu du pétrole, impôt de transaction du pétrole et taxe de surface), sur le régime fiscal pour l'industrie minière et sur l'impôt sur les marchés de travaux.

7. L'Impôt Industriel frappe les bénéficiaires (occasionnels ou périodiques) imputables à l'exercice de toute activité commerciale ou industrielle, par des résidents ou des non résidents, y compris ceux résultant de l'exercice d'une activité indépendante non assujettie à l'Impôt sur les Revenus du Travail et de l'activité d'intermédiation ou de représentation dans la conclusion de contrats de toute nature.

Le taux général de l'Impôt Industriel est de 35%, mais il n'est que de 20% dans le cas des revenus provenant exclusivement de l'agriculture, de la sylviculture et de l'élevage.

---

Un aspect d'une grande importance à souligner est que l'Impôt Industriel doit être acquitté de manière échelonnée et anticipée, par acomptes provisionnels mensuels, calculés au taux de 35% du montant correspondant à 10% du chiffre d'affaires réalisé sur le mois précédent.

8. Il faut préciser que le taux général de cet impôt peut être réduit de moitié, pour les entreprises qui installent des industries dans des régions « économiquement déprimées », ainsi que pour les entreprises qui installent des industries exploitant les ressources locales, pendant une durée de 10 ans maximum.

9. D'autres exonérations de cet impôt peuvent être accordées, notamment en ce qui concerne les revenus provenant de l'installation de nouvelles industries dans le pays, ainsi que les revenus de l'activité commerciale ou industrielle exercée dans des secteurs présentant un intérêt pour le développement économique, pouvant varier entre 3 et 3 ans. Les établissements hôteliers classés « d'utilité touristique » bénéficient aussi d'une exonération temporaire d'Impôt Industriel.

#### ■ *Impôts sur le revenu des personnes physiques*

10. L'imposition des revenus des personnes physiques comprend trois impôts : l'Impôt sur les Revenus du Travail, l'Impôt Industriel et l'Impôt sur le Placement de Capitaux.

11. L'Impôt sur les Revenus du Travail (IRT) frappe les rémunérations perçues par les salariés et les revenus des activités indépendantes, provenant de services fournis en Angola, que leur bénéficiaire soit ou non résident en Angola.

Dans le cas des rémunérations provenant d'une activité salariée, le taux appliqué est progressif en fonction de l'échelon du revenu dans lequel se situe le contribuable, à raison de 15% maximum. Les revenus inférieurs à 17,000,00 Kwanzas<sup>1</sup> ne sont pas imposés.

---

<sup>1</sup>

Change du Kwanza (AKZ) : Euro: €1 = 97,2635AKZ. Données de la Banque Portugal, Octobre 2008.

---

L'impôt Industriel frappe les bénéfices provenant de l'exercice d'une activité commerciale ou industrielle non assujettie à l'impôt sur les revenus du travail et son taux est, comme nous l'avons vu, de 35%.

12. Quant à l'impôt sur le Placement de Capitaux, il frappe les revenus provenant des placements financiers et autres revenus de capitaux, regroupés en deux sections : la section A, qui comprend les intérêts de prêts, les contrats d'ouverture de crédit et les intérêts découlant du report dans le temps de toute échéance ; la section B, résiduelle, qui comprend, entre autres, les bénéfices distribués par des sociétés à responsabilité limitée ou par actions, les royalties, les intérêts de prêts d'actionnaires et les intérêts d'obligations. Le taux général est de 15%, mais il peut être ramené à 10% pour certains revenus de la section B.

■ *Loi sur l'imposition des marchés de travaux*

13. La loi n° 7/97, du 10 octobre 1997, prévoit le régime d'imposition par retenue à la source, au titre de l'impôt industriel, des revenus découlant des marchés de travaux et des contrats de sous-traitance et de prestation de services.

Ce régime concerne toutes les personnes physiques ou morales ayant ou non leur siège, leur direction effective ou un établissement stable en Angola et qui, d'une manière ponctuelle ou permanente, effectuent des travaux, comme entrepreneurs principaux ou sous-traitants, ou des prestations de services ne relevant pas des dispositions du Code de l'impôt sur les revenus du travail.

Pour les assujettis résidents en Angola, l'impôt retenu à la source équivaut à un acompte d'impôt. Pour les assujettis non résidents, l'impôt retenu a la nature d'un prélèvement libératoire.

Le prélèvement et le paiement de l'impôt sont à la charge du client, qui répond de la totalité de l'impôt et des majorations en cas de non paiement, sans préjudice du droit de se retourner contre le débiteur de l'impôt.

---

■ *Impôts sur le patrimoine immobilier*

14. L'imposition du patrimoine immobilier en Angola comporte eux impôts distincts: l'impôt Foncier Urbain, les droits de transmission (Sisa) et l'impôt sur les Sucessions et les Donations.

15. L'Impôt Foncier Urbain frappe le patrimoine selon une approche statique et il porte sur la valeur locative, annuelle, effective ou potentielle, des biens immobiliers urbains, au taux de 30%. Afin de calculer l'assiette de l'impôt, il faut déduire les charges de maintenance et d'entretien du bien, à raison de 20% maximum des loyers effectivement perçus.

Les immeubles affectés à l'exercice d'activités assujetties à l'Impôt Industriel, lorsqu'il n'y a pas de paiement de loyer, sont exonérés de cet impôt.

16. La Sisa, dont le taux varie entre 2% et 10%, est due par les transmissions onéreuses de propriété immobilière, rurale ou urbaine, hormis les transmissions de propriété perpétuelle ou temporaire des concessions faites par le Gouvernement pour l'exploitation d'entreprises industrielles de toute nature. Est considérée transmission, aux fins de cet impôt, la cession de parts de sociétés qui possèdent des biens immobiliers, dès lors que le cessionnaire détient au moins 75% do capital social après la transmission.

Il faut préciser que les transmissions assujetties à l'impôt de SISA le sont aussi aux Droits de Timbre.

17. L'Impôt sur les Successions et les Donations frappe quant à lui toutes les transmissions à titre gratuit de propriété immobilière ou mobilière, aux taux suivants (progressifs ; si l'assiette dépasse Akz 3.000.000, il faut diviser son montant en deux parties et appliquer au surplus le taux immédiatement supérieur) :

| <b>Transmissions</b>                             | <b>Jusqu'à KZ<br/>3,000,00</b> | <b>Plus de KZ<br/>3,000,00</b> |
|--|--------------------------------|--------------------------------|
| Entre conjoints ou aux descendants et ascendants | 10%                            | 15%                            |
| Entre toutes autres personnes                    | 15%                            | 30%                            |

---

Les transmissions faites aux descendants, ascendants et conjoints, lorsque la valeur des biens transmis à chacun d'entre eux, même à des moments différents, ne dépasse pas les KZ 500.000.00, sont exonérées d'impôt sur les successions et les donations.

### ■ *Impôts sur la consommation*

18. L'impôt sur la consommation prévoit une vaste incidence subjective et objective, couvrant tout un ensemble de réalités. Il frappe notamment la production et l'importation de marchandises, quelle que soit leur origine, la consommation d'eau et d'énergie, les services de télécommunications, les services d'hôtellerie et autres activités rattachées ou similaires, entre autres.

Le taux général prévu est de 10%, excepté pour les biens figurant sur les listes I, II et III annexées au Règlement de l'Impôt sur la Consommation, concernant les biens assujettis au taux réduit, les marchandises importées et de production nationale, et la consommation de services, respectivement. Ces taux peuvent varier entre 2% et 30%.

Il faut préciser que l'Impôt sur la Consommation est un impôt monophasé et cumulatif. Et ce parce qu'il n'y a pas de mécanismes de déductions de la TVA, dans la mesure où il ne vise pas uniquement à frapper la valeur ajoutée, mais les transmissions de biens ou de services en soi, de manière cumulative, de manière à ce que tous les intervenants dans la chaîne de consommation du bien ou du service payent bien l'impôt qui est dû (sans préjudice, évidemment, de pouvoir le répercuter sur le prochain acheteur).

### ■ *Autres impôts pertinents*

19. Outre les impôts déjà évoqués, nous soulignerons encore, pour son importance, l'impôt sur les transactions internationales, qui frappe l'importation et l'exportation de marchandises – les droits de douane, qui sont actuellement régis par le Tarif des Droits d'Importation et d'Exportation, qui correspond à la version 2007 de la "Nomenclature du Système harmonisé de désignation et de codification des marchandises", approuvée par le décret-loi n°2/08, du 04 Août 2008.

---

20. Les Droits de Timbre, à l'instar de ce qui est pratiqué au Portugal, sont applicables à plusieurs actes, contrats et opérations de nature diverse, en particulier les opérations financières, les augmentations de capital et autres contrats.

Le montant des Droits de Timbres est fixé par la Grille Générale des Droits de Timbre mise à jour en 2004. Il doit être payé au plus tard le dernier jour du mois qui suit celui de la transaction ou de l'émission des reçus correspondants.

21. Malgré les nombreuses incitations fiscales et douanières à l'investissement privé, il faut préciser qu'à aucun moment ces avantages ne sont synonymes de facilité. Il faudra toujours garder à l'esprit que l'investissement en Angola est encore un investissement à risque, qui devra être correctement planifié sous tous ses aspects.

En dépit des difficultés qui subsistent encore, et dont le système fiscal n'est qu'un simple exemple, il faut reconnaître qu'il est aujourd'hui beaucoup plus facile d'investir en Angola que cela ne l'était il y a encore très peu de temps.

Et, même en sachant que les entrepreneurs portugais auront du mal à se mesurer à la concurrence que leur livrent, dans certains secteurs importants, des entreprises provenant d'autres puissances mondiales (de la Chine en particulier), la connaissance de la langue et les liens culturels étroits, ainsi que la similitude des ordres juridiques des deux pays sont pour eux des atouts indéniables.

Lisbonne, Novembre 2008

---

## LE SYSTÈME FISCAL DU MOZAMBIQUE (EN BREF)

1. L'étude de l'économie mozambicaine fait apparaître quatre phases pouvant caractériser son évolution :

- La première, qui va de 1973 à 1977, appelée crise de transition, est marquée par la chute accélérée de la production, la diminution des investissements, la fuite des capitaux, le départ des colons et la prise en main de la gestion des entreprises par l'État, par le biais des nationalisations;
- La deuxième, qui comprend la période de 1977 à 1981, dite de redressement économique basé sur la planification de l'économie nationale par l'État. Cette période est caractérisée par une transformation structurelle de l'économie, qui résulte de l'adoption d'une économie de planification centrale (du type socialiste) ;
- La troisième phase comprend la période 1981-1986, dite de crise en temps de guerre. Durant cette période, l'économie mozambicaine a beaucoup souffert de la guerre civile menée par la RENAMO : la plupart des infrastructures économiques, sociales, de communications et de transports ont été détruites par la guérilla et les populations ont dû fuir les campagnes pour se réfugier dans les centres urbains, peut-être plus sûrs;
- Enfin, une quatrième phase, celle du redressement économique en temps de guerre, qui va de 1986 à 1990. Cette phase a commencé en 1987 avec la mise en oeuvre du PRE – Programme de Restructuration Économique, lancé avec le soutien de la Banque Mondiale et du Fonds Monétaire International.

2. La Révision Constitutionnelle engagée en 1989 et achevée en 1990 par l'adoption des amendements par l'Assemblée Populaire constitue un événement politique majeur pour les Mozambicains. La Constitution de 1990 a transformé le système politique jadis monopartiste en un système pluraliste. Cet amendement crucial a permis d'engager les négociations politiques avec la Renamo et d'atteindre un accord politique, l'Accord Général de Rome, signé le 4 octobre 1992.

---

3. Depuis ce moment, l'abandon du système économique à tendance marxiste adopté en 1975, l'ouverture à l'initiative privée et la réduction du monopole d'État, la diminution des entraves au commerce extérieur et la conséquente augmentation de l'investissement étranger dans des projets centrés sur les ressources naturelles, la débureaucratiation des procédures d'obtention des autorisations administratives pour exercer des activités commerciales et la mise en oeuvre de plusieurs réformes institutionnelles et structurelles ont placé le Mozambique sur la voie du développement, avec des taux de croissance économique parmi les plus élevés à l'échelle mondiale.

4. Bien qu'il ait atteint l'un des plus forts taux de croissance à l'échelle mondiale en 1997-1998, le pays dépend encore de l'aide étrangère pour équilibrer son budget et compenser le déséquilibre de la balance commerciale, où les importations dépassent largement les exportations. Toutefois, l'avenir du pays semble prometteur à moyen terme, à mesure que seront établis des liens commerciaux et des liaisons de transports avec l'Afrique du Sud et que seront matérialisés les nombreux investissements étrangers, d'une part, et grâce à la consolidation du programme tracé et assumé par tous les pays d'Afrique Australe qui font partie de la SADC, d'autre part.

5. Ajoutons encore la signature et la ratification par le Mozambique de l'Accord de Cotonou (accord de coopération dans les domaines politique, de développement et commercial), signé entre les États ACP (Afrique, Caraïbes et Pacifique) et l'Union européenne (UE), les négociations de l'Accord de Partenariat Économique (APE) entre la Communauté de Développement de l'Afrique Australe (SADC) et l'UE (principal partenaire commercial du Groupe SADC), dans le but de créer une zone économique où il sera possible d'assurer plus facilement les échanges de marchandises, services et financement, ainsi que de définir un ensemble de règles qui offrent de la stabilité aux opérateurs commerciaux et aux investisseurs.

En fait, il s'agit d'instruments qui jettent les bases afin que le Mozambique puisse définir sa politique de commerce extérieur au cours des prochaines années.

6. À l'heure actuelle, le Mozambique bénéficie d'un accès sans tarifs et non réciproque au marché de l'Union européenne, dans le cadre de l'initiative « Tout sauf des armes » (TSA) pour les pays en voie de développement. D'une

---

manière générale, la Loi de l'Investissement et le Code des Avantages Fiscaux du Mozambique assurent à l'investissement direct étranger plusieurs exonérations douanières qui contribuent, avec tous les facteurs déjà énoncés, à faire de ce pays l'une des destinations d'excellence pour l'investissement dans le contexte africain.

L'un des moyens pour atteindre le principal objectif de la stratégie générale de développement du Mozambique, fondée sur le « Plan d'Action de la Réduction de la Pauvreté Absolue II (PARPA) – réduction de l'incidence de la pauvreté des 54% à 45% en 2009 – est la réforme structurelle de la politique fiscale du pays, mieux adaptée aux enjeux actuels, notamment l'augmentation de la recette fiscale et la création de conditions attractives pour l'investissement direct étranger.

La Constitution de la République du Mozambique consacre les principes de base du système fiscal mozambicain, qui sont ensuite repris dans la législation fiscale existante, en particulier la Loi de Bases du Système Fiscal (Loi n° 15/2002, du 26 juin 2002), et la Loi Générale Fiscale (Loi n°2/2006, du 22 Mars 2006). Ces deux lois abordent les questions fiscales essentielles, elles établissent les principes d'organisation du système fiscal du Mozambique, ainsi que les droits les devoirs et les garanties des contribuables et les pouvoirs des autorités fiscales.

7. Voyons plus en détail les principaux impôts du système fiscal mozambicain:

■ *Des impôts sur le revenu – l'Impôt sur le revenu des personnes physiques et l'Impôt sur le revenu des personnes morales*

8. Les deux impôts directs à l'échelle nationale sont l'Impôt sur le revenu des personnes physiques (IRPS) et l'Impôt sur le revenu des personnes morales (IPRC), tous deux en vigueur depuis janvier 2003. Leur régime a subi récemment d'importantes modifications, suite à l'adoption des Lois n°33/2007 et 34/2007, toutes les deux du 31 Décembre 2007.

L'IPRS frappe les revenus, payés en numéraire ou en nature, obtenus par les personnes physiques résidents au Mozambique et par les personnes physiques non résidentes qui perçoivent des revenus sur le territoire mozambicain.

---

Le taux de cet impôt, qui est progressif, varie entre 10% et 32%. Les revenus du travail salarié relèvent d'un régime spécial de retenue à la source de l'impôt IRPS.

9. Les revenus annuels inférieurs à trente-six salaires minimums, (montant calculé en fonction du salaire minimum le plus élevé au 31 Décembre de l'année où les revenus ont été obtenus)<sup>1</sup> ne sont pas imposables.

En outre, des taux libératoires sont appliqués aux revenus bruts suivants:

- 20% sur les revenus provenant de l'exercice de toute activité de prestation de services, pour le compte d'autrui, les revenus d'actions, nominatives ou au porteur, et les bénéfiques mis à la dispositions des associés ou titulaires, y compris les avances sur bénéfiques, distribués par des sociétés assujetties à L'IRPC, perçus par des non résidents au Mozambique, ainsi que sur tous revenus de capitaux, perçus également par des non résidents, lorsqu'ils ne sont pas expressément imposés à un taux différent ;
- 10% sur les intérêts des dépôts bancaires à vue ou à terme, les revenus de titres de dette nominatifs ou au porteur, ainsi que les gains en numéraire provenant des jeux d'argent et de hasard et les revenus perçus par des artistes ou des sportifs et autres professions assimilées, domiciliés ou non sur le territoire mozambicain (sauf s'ils exercent leur activité pour le compte d'autrui).

10. L'IRPC frappe les sociétés résidentes – ayant leur siège ou leur direction et leur contrôle effectifs au Mozambique – qui exercent des activités industrielles, commerciales ou agricoles. Les revenus obtenus sur le territoire mozambicain et ceux obtenus à l'étranger sont imposés dans leur totalité.

Lorsque l'assiette comprend des revenus obtenus à l'étranger, la déduction relative à la double imposition internationale doit correspondre à la plus petite des sommes suivantes :

- (i) impôt sur le revenu payé à l'étranger ;
- (ii) part de l'IRPC, calculé avant déduction, correspondant aux revenus pouvant être imposés dans le pays en question.

---

1

Change du Metical : € 1 = 31,00 MT. Données de la Banque, Octobre 2008.

---

11. Les sociétés non résidentes, avec ou sans établissement stable, sont assujetties à l'IRPC uniquement sur leurs revenus obtenus au Mozambique.

Le taux général de l'IRPC prévu est de 32%. Les sociétés dont les activités sont liées à l'agriculture ou à l'élevage bénéficient d'un taux réduit de 10% jusqu'au 31 décembre 2010.

Les charges non documentées correctement et les frais de nature confidentielle ou illicite sont imposés séparément au taux de 35%.

Le taux de retenue à la source applicable aux revenus obtenus par des sociétés n'ayant pas de siège, de direction effective ou d'établissement stable auquel ils pourraient être imputés est de 20%. Toutefois, les revenus provenant de prestations de services de télécommunications et de transports et internationaux sont assujettis au taux libératoire de 10%, sans préjudice de l'application d'un autre traitement, en cas d'application d'une convention tendant à éviter la double imposition signée avec le Mozambique.

■ *Des impôts sur la consommation – la taxe sur la valeur ajoutée (TVA), l'impôt sur les consommations spécifiques ou accises (ICE) et les droits de douane (DA)*

12. Au Mozambique, les impôts indirects – sur la consommation – prévus dans le système fiscal sont la taxe sur la valeur ajoutée (TVA), l'impôt sur les consommations spécifiques (ICE) et les droits de douane (DA).

13. La TVA (dont le Code a été révisé par la Loi n° 32/2007, du 31 Décembre 2007), frappe les transmissions de biens et les prestations de services effectuées à titre onéreux sur le Mozambicain, ainsi que les importations de biens. Le taux de TVA actuellement en vigueur est de 17%. Des exonérations de TVA sont prévues pour les exportations et les transmissions de biens et les prestations de services considérés essentiels.

14. L'ICE frappe, d'une manière sélective, la consommation de certains biens objet d'une législation spéciale (considérés de luxe). Il est perçu une

---

seule fois chez le producteur ou l'importateur selon le cas. Ses taux varient en fonction de la marchandise concernée – entre 15% et 65% –, essentiellement ad valorem.

15. Malgré la suppression des droits de douane applicables aux marchandises importées et exportées, dans les conditions et aux taux fixés par le tarif douanier, depuis janvier de cette année, dans le cadre des accords de la SADC, la suppression effective de ces droits n'est pas encore totale (dans la mesure où seulement quelques pays et quelques produits sont concernés par ces accords). D'après les informations disponibles, cette suppression sera mise en place progressivement d'ici 2015 et, entre-temps, le Mozambique continuera d'engranger les recettes provenant des droits de douane perçus.

#### ■ *Autres impôts importants*

16. En plus des impôts sur le revenu et sur la consommation, le régime fiscal mozambicain prévoit encore d'autres impôts d'application générale : (i) la Sisa, au taux de 2%, applicable aux transmissions onéreuses de la propriété ou de figures parcellaires de ce droit, sur les biens immobiliers, (ii) les droits de timbre, sur tous les documents, contrats, livres, papiers et autres actes énumérés dans la Grille de ces droits, aux taux qui y sont fixés, (iii) l'impôt sur les véhicules, (iv) l'impôt de reconstruction nationale et (v) l'impôt sur les successions et les donations, qui frappe les transmissions à titre gratuit.

17. Il faut également signaler l'existence de l'Impôt sur la production de pétrole, applicable au pétrole, au gaz naturel et aux autres hydrocarbures produits dans le pays, l'Impôt sur la production, applicable à la production minière, et l'Impôt spécial sur le jeu, qui taxe les recettes de l'exploitation du jeu.

#### ■ *Des avantages fiscaux en vigueur*

18. En plus des différentes garanties prévues dans la Loi des Investissements et son Règlement – dont le droit de rapatriement des bénéficiaires ou des

---

dividendes –, les investisseurs étrangers peuvent bénéficier de plusieurs avantages fiscaux, qui sont désormais consacrés dans le Code des Avantages Fiscaux (adopté par le Décret n° 16/2002, du 27 juin 2002) et énoncés ci-après:

■ *Avantages fiscaux sur l'importation de biens*

19. Sont exonérés de droits d'importation les investissements dans des projets autorisés en vertu de la Loi des Investissements et son Règlement, en ce qui concerne certains biens d'équipement, à condition qu'ils ne soient pas produits sur le territoire mozambicain.

■ *Avantages fiscaux sur les revenus*

20. Tous les investissements réalisés dans le cadre de la Loi des Investissements peuvent bénéficier, pendant cinq exercices fiscaux, d'un crédit fiscal pour investissement (CFI) de 5% de l'investissement total réalisé, qui pourra être déduit de l'assiette de l'IRPC, à concurrence de ce dernier. Dans le cas des assujettis à l'IRPS, la déduction du CFI doit être faite à concurrence de l'impôt obtenu si l'on tenait uniquement compte des revenus provenant de l'activité bénéficiaire de l'avantage, appartenant à la deuxième Catégorie de l'IRPS.

La déduction de CFI associée aux projets réalisés dans les provinces de Gaza, Sofala, Tete et Zambézia sera de 10% de l'investissement total réalisé, et de 15% dans les provinces de Cabo Delgado, Inhambane et Niassa.

21. Le Code des Avantages Fiscaux mozambicain prévoit des avantages à la modernisation et à l'introduction de nouvelles technologies. Le montant investi en équipement spécialisé peut bénéficier, pendant les cinq premières années à compter de la date du début de l'activité, d'un abattement aux fins de calcul de l'IRPC, à concurrence de 15% de l'assiette. Cet abattement est également applicable dans le cas de l'IRPS, mais uniquement pour les revenus provenant de l'activité, appartenant à la deuxième Catégorie de l'IRPS.

22. Il existe un autre avantage fiscal pour les investissements en formation

---

professionnelle de travailleurs mozambicains. Le coût de ces investissements est déduit de l'assiette aux fins de calcul de l'IRPC, sur les cinq premières années à compter de la date du début de l'activité, à concurrence de 5% de l'assiette. Si la formation professionnelle vise l'utilisation d'équipements de pointe, l'abattement aux fins de calcul de l'IRPC sera de 10% maximum de l'assiette. Les mêmes abattements sont applicables, aux mêmes conditions, dans le cas de l'IRPS, mais uniquement pour les revenus provenant de l'activité appartenant à la deuxième Catégorie de l'IRPS.

Pendant une période de 10 ans, à compter de la date d'exploitation, peuvent être considérés comme charges aux fins de calcul de l'assiette de l'IRPC des entreprises, ainsi que de l'IRPS, uniquement en ce qui concerne les revenus provenant de l'activité appartenant à la deuxième Catégorie de l'IRPS, les montants suivants :

- (i) 120% des montants de toutes les dépenses engagées pour la construction et la réhabilitation de routes, chemins de fer, aéroports, postes, télécommunication, distribution d'eau, énergie électrique, écoles, hôpitaux et autres travaux pour autant qu'ils soient considérés d'utilité publique par les autorités compétentes et attestés par les autorités fiscales, pour ce qui est des travaux réalisés dans la ville de Maputo ;
- (ii) 150% des montants dépensés, dans le cas des travaux réalisés dans les autres provinces ;
- (iii) 50% des montants dépensés, lorsqu'il s'agit de dépenses réalisées pour acheter, sans intention de les revendre, des œuvres d'art et autres objets représentatifs de la culture mozambicaine, ainsi que les actions qui contribuent à son développement, conformément à la Loi de Défense du Patrimoine Culturel.

23. Une exonération des droits de timbre est prévue pour les actes de constitution des entreprises et de modification de leur capital et de leurs statuts, pendant les cinq premières années à compter du début de l'investissement ou du début de l'exploitation.

24. Les projets autorisés en vertu de ce Code bénéficient d'une réduction de 50% du taux de Sisa sur l'achat d'immeubles destinés à l'industrie, à l'agro-industrie et à l'hôtellerie, à condition qu'ils soient achetés sur les trois premières années à compter de la date d'autorisation de l'investissement.

---

■ *Avantages pour le secteur agricole*

25. Les investissements dans le secteur de l'agriculture, dans des projets autorisés en vertu de la Loi des Investissements et de son Règlement, sont exonérés des droits d'importation sur certains biens, pour autant qu'ils ne soient pas produits sur le territoire mozambicain.

26. Les projets réalisés dans le secteur de l'agriculture, en vertu de la Loi des Investissements et de son Règlement, bénéficieront, jusqu'en 2012, d'une réduction de 80% du taux des impôts applicables aux bénéfices des entreprises, imputables à l'activité agricole. Dans le cas des assujettis à l'IRPS, cette réduction s'appliquera uniquement aux revenus de l'activité bénéficiaire de l'avantage, appartenant à la deuxième Catégorie de l'IRPS.

■ *Avantages pour le secteur hôtelier et touristique*

27. Le secteur hôtelier et touristique bénéficie également d'avantages fiscaux, pour certains projets d'investissement, tels que (i) réhabilitation, construction, expansion ou modernisation d'établissements hôteliers et de leurs parties complémentaires ou annexes, ayant pour principal objet la production de services de tourisme, et aussi (ii) le développement de Parcs nationaux et de Réserves.

28. Un avantage est prévu pour l'amortissement accéléré de meubles neufs, véhicules automobiles et autres immobilisations corporelles, dès lors qu'ils sont affectés à l'activité hôtelière et touristique, dans les projets réalisés dans le cadre de la Loi des Investissements. Cet avantage consiste à pouvoir appliquer jusqu'au triple des taux normaux, fixés par la loi pour le calcul des amortissements et des reprises considérés comme imputables à l'exercice dans le calcul de l'assiette des IRPC ou IRPS, pour autant que les projets en question aient été approuvés avant le 31 décembre 2007.

■ *Avantages pour les projets de grande envergure*

29. Les projets impliquant un investissement qui dépasse l'équivalent à cinq cent millions de US dollars, ainsi que les projets d'investissement en

---

infrastructures du domaine public, réalisés sous forme de concessions, peuvent bénéficier d'aides extraordinaires (sur une durée maximum de 10 ans), au niveau des droits d'importation, de l'IRPC, de la Sisa et des droits de timbre, en vertu d'un contrat, accordées par le Conseil des Ministres, sur proposition du Ministre du Plan et des Finances. Leur octroi est subordonné à la conclusion d'un contrat entre État et le promoteur du projet, approuvé en Conseil des Ministres et fixant les objectifs à atteindre, les avantages à accorder et les pénalités en cas de défaillance. Il faut également démontrer la viabilité technique, économique et financière du projet et remplir certaines conditions.

30. Les investissements réalisés dans le cadre de la Loi des Investissements bénéficieront, pendant 5 exercices fiscaux, d'un CFI calculé par l'application d'un pourcentage compris entre 5% et 10% de l'investissement total réalisé, à déduire de l'assiette de l'IRPC à concurrence de ce dernier. La part du CFI non utilisée sur un exercice peut être déduite sur les années suivantes, mais son utilisation expire au cours du cinquième exercice fiscal à compter de la date du début de l'investissement pour les projets en exploitation. Les projets d'investissement réalisés dans les provinces de Gaza, Sofala, Manica, Tete, Zambézia et Nampula pourront bénéficier d'un CIF entre 10% et 20 % et ceux des provinces de Cabo Delgado, Inhambane et Niassa, entre 15% et 30%.

■ *Avantages pour les zones dites « à développement rapide »*

31. Plusieurs avantages fiscaux sont prévus jusqu'au 31 décembre 2015 pour les nouveaux projets situés dans les zones géographiques appelées « Zones à Développement Rapide » (Zone de la Vallée du Zambèze, Province du Niassa, District de Nacala, îles de Mozambique et de Ibo) et se consacrant à différentes activités – agriculture, sylviculture, 'élevage, 'exploitation forestière, télécommunications, construction d'infrastructures routières à usage public, logements'', établissements' hôteliers, touristiques et assimilées, commerce, industrie, transport de marchandises et de passagers, éducation et santé, à savoir :

- (i) exonération des droits d'importation de biens, sur les 3 premières années de mise en œuvre du projet ;
- (ii) CFI de 20% de l'investissement total réalisé, à déduire de l'assiette de l'IRPC, à concurrence de ce dernier, sur 5 exercices fiscaux;

---

(iii) exonération de Sisa sur la transmission de propriétés de l'État au profit de tiers pour autant qu'il s'agisse d'infrastructures ayant pour objectif le développement d'activités.

■ *Avantages applicables aux « Zones Franches Industrielles »*

32. Les opérateurs des Zones Franches industrielles sont exonérés de droits de douane sur l'importation de matériaux de construction, machines, équipements, accessoires et autres biens destinés à la poursuite de l'activité autorisée dans les Zones Franches industrielles. Et les entreprises des Zones Franches industrielles sont exonérées de droits de douane sur l'importation de biens et de marchandises destinés à la mise en œuvre de projets et à l'exploitation d'activités pour lesquelles elles ont été agréées.

En ce qui concerne l'impôt sur les revenus, les opérateurs des Zones Franches industrielles et les entreprises des Zones Franches industrielles titulaires d'un Certificat ZFI peuvent bénéficier, sur une période de 10 ans, d'une réduction de 60% du taux de l'IRPC applicable aux bénéficiaires provenant de l'exploitation d'activités pour lesquelles ils ont été agréés. Ils sont également exonérés de la Sisa applicable à l'acquisition et à l'utilisation d'immeubles.

■ *Avantages applicables aux investissements réalisés en vertu de la « Loi des Mines »*

33. Les projets réalisés en vertu de la Loi des Mines sont exonérés de droits de douane sur l'importation d'équipements, appareils, matériels et pièces détachées pour la prospection et la recherche ou l'exploitation minière et sur l'exportation de ressources minérales. Ils sont également exonérés de TVA et d'accises.

Les investissements réalisés en vertu de la même loi bénéficieront aussi, à partir du début d'exploitation, d'une réduction de 25% du taux d'IRPC, sur les cinq premières années, jusqu'en 2010, à condition que l'investissement soit supérieur à 500.000 US\$. Dans le cas des assujettis à l'IRPS, l'assiette relative à l'activité bénéficiaire de l'avantage fiscal, appartenant à la deuxième Catégorie de l'IRPS, aura un abattement de 25 %, sur les cinq premières

---

années. Le même type d'investissements, même d'un montant inférieur, peut bénéficier d'autres avantages au titre de l'impôt sur le revenu.

■ *Avantages applicables aux investissements réalisés en vertu de la « Loi des Pétroles »*

34. Les entreprises qui réalisent des opérations pétrolières, à terre et en mer, dans la République du Mozambique, les sociétés à leur service et leurs sous-traitants bénéficient de nombreux avantages fiscaux, pendant toute la durée de leur licence, tels que :

- (i) exonération des droits de douane sur l'importation des biens destinés à être utilisés dans les opérations pétrolières (hors voitures particulières) ;
- (ii) importation temporaire avec suspension du paiement des droits et autres impôts douaniers et fiscaux de biens destinés aux opérations pétrolières, tels que sondes de forage, machines, équipements, aéronefs et navires, comme prévu dans les « Instructions préliminaires du tarif douanier » ;
- (iii) exonération des droits de douane sur l'exportation des biens visés à l'alinéa précédent, lorsqu'ils n'ont plus d'utilité pour les opérations pétrolières, sous réserve du revenu provenant de l'exportation de ces biens qui sera inclus dans l'assiette de l'IRPC ;
- (iv) exonération des droits de douane et autres impôts douaniers sur l'exportation du pétrole produit en République du Mozambique ;
- (v) les importations et les exportations visées aux alinéas précédents sont également exonérées de TVA et d'accises.

35. Jusqu'en 2010, les investissements réalisés dans le cadre de la « Loi des Pétroles » bénéficieront, à partir du début d'exploitation, d'une réduction de 25% du taux applicable à l'IRPC, pendant les huit premières années.

36. Les réformes mises en œuvre dans le système fiscal mozambicain ont permis incontestablement d'élargir la base imposable, de diminuer les taux des impôts et, d'une manière générale, de simplifier le système fiscal.

---

37. Il s'agit toutefois d'un système fiscal tout récent, avec des objectifs ambitieux, notamment la réduction de l'évasion fiscale.

L'augmentation des recettes fiscales de l'État en dépend et, partant, la réduction de la dépendance vis-à-vis de l'aide extérieure, sans que celle-ci vienne freiner la croissance économique du pays ou le développement du secteur privé.

Le potentiel de croissance du pays, rendu possible par la stabilité sociopolitique et économique, les réformes législatives structurelles, ainsi que l'effort de modernisation de l'administration fiscale sont les éléments qui commencent à ressortir et ce sont précisément les éléments nécessaires pour pouvoir investir au Mozambique en toute confiance.

Lisbonne, Novembre 2008

---

## LE SYSTÈME FISCAL DU CAP-VERT (EN BREF)

1. Le Cap-Vert est aujourd'hui un pays ouvert à l'investissement étranger. Grâce à sa stabilité sociopolitique, économique et monétaire, il jouit d'une certaine crédibilité auprès des gouvernements, des entreprises et des institutions financières internationales.

Sa localisation géographique privilégiée, qui place l'archipel sur les routes d'accès aux principaux marchés internationaux, l'accès préférentiel à ces marchés grâce aux multiples accords commerciaux qu'il a signés, notamment avec l'Union européenne, alliés à la stabilité des indicateurs économiques<sup>1</sup> sont autant d'atouts susceptibles d'attirer les investissements étrangers.

La pénétration du Cap-Vert sur le marché mondiale est marquée par des initiatives dans les domaines de l'industrie, du bâtiment, du commerce, de la culture et, surtout, du tourisme. Ces initiatives alliées aux réformes structurelles visant la libéralisation du marché, le développement du secteur privé et la promotion de l'investissement étranger, en tant que facteurs déterminants du développement socioéconomique du pays, ont créé un environnement favorable à l'investissement direct étranger, justifiant la création de tout un ensemble de mécanismes légaux afin que les investisseurs, nationaux et étrangers, puissent installer plus facilement leurs entreprises dans le pays, dans un cadre sain et compétitif.

2. Au plan fiscal, l'ordre juridique capverdien a fait récemment l'objet d'une réforme profonde. En particulier, du point de vue de l'investisseur, il faut souligner l'entrée en vigueur, en décembre 2000, de la Convention pour éviter la double imposition en matière d'impôts sur le revenu et pour prévenir l'évasion fiscale, signée entre le Portugal et le Cap-Vert. Cette convention a considérablement diminué certaines entraves à l'investissement, causées par le phénomène de la double imposition, en particulier en ce qui concerne l'imposition des bénéficiaires rapatriés.

---

<sup>1</sup> L' « Accord de Coopération Cambiale » avec le Portugal fixe le taux de change entre l'euro et d'escudo capverdien à €1 = 110,265 ECV.

---

Voyons les principaux impôts prévus actuellement par la législation fiscale capverdienne, sur le revenu, sur le patrimoine et sur la consommation. Nous aborderons ensuite les avantages fiscaux en vigueur.

■ *Des impôts sur le revenu – L’Impôt unique sur le revenu*

3. Sont assujetties à l’Impôt unique sur le revenu, en ce qui concerne les personnes morales et assimilées, les sociétés nationales ou étrangères, les entreprises publiques et autres personnes morales de droit public ou privé ayant leur siège ou leur direction effective sur le territoire capverdien. Les entreprises (ou assimilées) non résidentes ayant un établissement stable mais n’ayant pas leur siège, leur direction effective ou leur domicile fiscale sur le territoire capverdien sont assujetties à l’IUR au titre des revenus qu’il y ont perçus.

Les taux de l’Impôt unique sur le revenu (IUR) applicables aux personnes morales et assimilées sont de 30% ou 20%, selon la méthode applicable pour le calcul de l’assiette.

Deux acomptes provisionnels doivent être versés (février et septembre), sur la base des résultats de l’année précédente.

Pour les institutions financières, monétaires et non monétaires, le taux de l’IUR est de 20% sur les bénéfices.

4. Les sociétés de droit capverdien ne sont pas imposées sur les résultats – qu’ils soient ou non distribués – de leurs filiales, succursales et participations ayant leur résidence fiscale hors du pays.

Sont taxés par des taux libératoires les intérêts de dépôts bancaires à terme (au taux de 20%), les dividendes et autres revenus de capitaux (au taux de 15%), les revenus obtenus par des non résidents, même s’ils n’ont pas d’établissements stables (au taux de 20% sur la facturation) et les revenus provenant de gains de jeux, loteries et paris mutuels (au taux de 15%).

5. Pour ce qui est des revenus des personnes physiques, l’IUR frappe le montant total annuel, sur l’année civile, des différentes sources de revenus (divisés par catégories), en numéraire et en nature, de toutes les personnes

---

physiques ayant obtenu des revenus sur le territoire capverdien, qu'elles y résident ou non.

Pour calculer l'assiette de l'impôt, plusieurs méthodes peuvent être utilisées: la méthode déclarative, la méthode de l'estimation, la méthode de la vérification, dans le cas des travailleurs indépendants, et la retenue à la source, selon l'échelon et la catégorie des revenus.

Il faut souligner que les travailleurs indépendants et les professions libérales jouissent d'un régime spécial, puisqu'ils ne sont imposés au titre de l'IUR que s'ils exercent leurs activités de façon régulière ou, s'il s'agit d'activités ponctuelles, lorsque leurs revenus sont supérieurs ou égaux à 5.000\$00 CVE.

6. En ce qui concerne les services, en règle générale, ils sont imposables au Cap-Vert lorsque les prestataires y ont leur siège, un établissement ou leur domicile, lorsqu'ils sont exécutés au Cap-Vert ou lorsqu'ils y sont utilisés.

■ *Des impôts sur le patrimoine – l'Impôt unique sur le patrimoine*

7. L'impôt unique sur le patrimoine (IUP), perçus par les municipalités où sont situés les biens imposables, est dû par les propriétaires ou les usufruitiers des biens immobiliers, qu'ils soient ou non résidents au Cap-Vert.

Le taux de l'impôt est de 3 %, applicable sur les actes authentiques et sur la valeur patrimoniale des biens.

Comme son nom l'indique, l'IUP est un impôt « unique », qui centralise toutes les réalités relatives au patrimoine (par opposition aux impôts portugais « Impôt sur les transmissions onéreuses d'immeubles » et « Impôt Foncier Municipal »).

Par conséquent, l'IUP frappe aussi bien les transmissions que la propriété du patrimoine. Il englobe donc aussi les opérations gratuites et onéreuses, ainsi que les plus-values résultant de transmissions onéreuses de terrains et (autres) biens immobiliers (dans certaines conditions).

---

■ *Des impôts sur la consommation – la Taxe sur la valeur ajoutée et la Taxe sur les consommations spéciales*

8. La mise en place des impôts actuels sur la consommation s'est accompagnée de la reformulation du Tarif douanier du Cap-Vert. Leur adoption a entraîné la suppression de l'Impôt de Tourisme et des Émoluments Généraux Douaniers, remplacés par la Taxe sur la valeur ajoutée (TVA) et, dans certains cas, simultanément, par la Taxe sur les consommations spéciales (ICE).

9. La TVA taxe la transmission de biens, la prestation de services fournis à titre onéreux et les importations de biens, en exonérant les exportations. Elle tend à englober toutes les activités économiques, qu'elles soient de nature commerciale, industrielle ou professionnelle.

En règle général, le taux de TVA est de 15%, mais un ensemble de biens considérés essentiels en sont exonérés. Les activités de l'hôtellerie, de l'hébergement et de la restauration bénéficient d'un taux de TVA réduit, de 6%.

10. La taxe sur les consommations spéciales taxe les biens considérés superflus, de luxe ou indésirables, pour des raisons de politique économique, sociale ou environnementale. Les taux peuvent varier entre 10 et 150%.

■ *Des avantages fiscaux en vigueur*

11. Les exonérations sont prévues surtout lorsque des raisons de politique économique et sociale le justifient.

Ces dernières années, le pays a mis en œuvre – par l'adoption d'un ensemble de législation en la matière – une politique économique plus ouverte, objective et qui privilégie une plus grande participation, complémentarité et égalité de traitement des investissements nationaux et étrangers.

12. Le système fiscal prévoit : (i) l'exonération de l'impôt sur les revenus (bénéfices et dividendes) distribués à l'investisseur et qui proviennent d'un investissement étranger, pendant une période de 5 ans et/ou lorsqu'ils sont réinvestis dans la même activité économique ou dans une autre au Cap-Vert,

---

(ii) l'exonération d'impôt sur les amortissements et les intérêts provenant d'opérations financières qui constituent un investissement étranger, ainsi que  
(iii) la stabilisation du régime fiscal (par la fixation du taux de l'Impôt unique sur les revenus à 10% à partir de la 6ème année, sans préjudice des conditions plus favorables négociées avec l'État du Cap-Vert).

Par ailleurs, est exonérée d'IUR la plus-value réalisée sur la transmission de parts sociales, dès lors qu'elles sont détenues pendant au moins un an, et d'autres valeurs mobilières, sans cette restriction, parmi lesquelles les parts d'organismes de placement collectif ou fonds communs de placement.

Sont également exonérées d'IUR jusqu'en 2017 toutes les institutions financières internationales (IFI) qui sont constituées dans le pays, ainsi que les revenus versés à leurs clients, dont les opérations bénéficient également de l'exonération de tous autres impôts ou taxes. Les (IFI), sans limite temporelle cette fois, sont exonérées d'Impôt unique sur le patrimoine (IUP), de Taxe sur la valeur ajoutée (IVA), de droits de douane sur les équipements nécessaires à leur fonctionnement et d'impôts et taxes municipales. Les fonds de placement immobilier et les fonds de pensions dont exonérés d'IUP, tant sur les transactions immobilières que sur la propriété.

Les entreprises dites « franches » dont l'activité est exclusivement axée sur l'exportation ou réexportation de biens et de services sont exonérées d'impôt sur le revenu (bénéfices et dividendes) pendant dix ans et/ou lorsqu'ils sont réinvestis, d'impôt sur les amortissements et les intérêts provenant d'opérations financières qui constituent un investissement étranger, d'impôts indirects (exonération totale) ; elles peuvent également ouvrir des comptes en devises et les utiliser librement pour effectuer des paiements à l'étranger en rapport avec l'activité de l'entreprise.

Dans le secteur spécifique de l'industrie, le système prévoit l'exonération d'Impôt unique sur les revenus provenant de chaque nouvel établissement industriel immatriculé pendant une période de 3 ans, ainsi qu'une déduction d'impôts sur les bénéfices réinvestis dans les activités de l'entreprise.

Dans le secteur du tourisme, il est prévu une exonération fiscale totale pendant les 5 premières années, une réduction de 50% du taux de l'impôt sur les revenus pendant les 10 années suivantes, la déduction d'impôts sur les bénéfices réinvestis dans des activités similaires, ainsi que l'exonération

---

d'Impôts sur le patrimoine et la déduction de l'assiette des frais engagés pour la formation de travailleurs capverdiens.

Les activités de l'agriculture, de la sylviculture, de la pêche et les petites entreprises bénéficient d'un régime spécial d'exonération dans la transmission de biens et la prestation de services et les principaux facteurs de production. Malgré toutes les réformes engagées, notamment au niveau de l'ordre juridique fiscal du Cap-Vert, quelques fragilités subsistent, qui impliquent une planification rigoureuse de l'investissement visé, à l'instar de tout investissement dans les autres pays africains.

13. En guise de conclusion, la conjoncture actuelle au Cap-Vert nous porte à croire que, grâce au grand nombre d'avantages découlant de la législation interne et des Conventions internationales, ainsi qu'à la stabilité sociopolitique et économique du pays, le Cap-Vert est sur la bonne voie pour devenir une destination obligatoire de l'investissement privé international. Cependant, à aucun moment il ne faudra négliger la planification rigoureuse de l'investissement visé, vu le risque élevé qu'il peut comporter.

Lisbonne, Novembre 2008



Pires Vieira (detalhe) - Coleção Fundação PLMJ

### **Lisboa**

Avenida da Liberdade n.º 224  
1250-148 Lisboa

Tel: (351) 21.319 73 00

Fax: (351) 21 319 74 00

### **Faro**

Rua Pinheiro Chagas, 16, 2.º Dto.  
(à Pç. da Liberdade)

8000 - 406 Faro

Tel: (351) 289 80 41 37

Fax: (351) 289 80 35 88

### **Porto**

Avenida da Boavista n.º 2121, 4.º - 407  
4100-137 Porto

Tel: (351) 22 607 47 00

Fax: (351) 22 607 47 50

### **Parcerias Regionais:**

Coimbra, Açores, Guimarães e Viseu

### **Parcerias Internacionais:**

Angola, Moçambique, Brasil e Macau